

NossaAméricaNuestra

VENEZUELA



MAX ALTAMAN



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

VENEZUELA



MAX ALTMAN



2016

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Iole Ilíada

Gustavo Codas

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Jorge Pereira Filho

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Foto da capa: Uma multidão tomou as ruas de Caracas no dia em que o

Presidente Hugo Chávez formalizou a sua candidatura à reeleição

(Meridith Kohut/The New York Time)

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo:

www.fpabramo.org.br

Coleção
Nossa América Nuestra

Venezuela

Max Altman

São Paulo, 2016

| SUMÁRIO |

- 7 APRESENTAÇÃO
- 13 INTRODUÇÃO
- 19 VENEZUELA, A PEQUENA VENEZA
- 20 A ERA MARCOS PÉREZ JIMÉNEZ
- 23 SURGE A QUARTA REPÚBLICA
- 26 O HISTÓRICO ENCONTRO DE RÓMULO BETANCOURT E FIDEL CASTRO
 - 29 A CONSTITUIÇÃO DE 1961
- 31 RAUL LEONI, RAFAEL CALDERA, CARLOS ANDRÉS PÉREZ,
LUIS HERRERA CAMPINS E JAIME LUSINCHI
 - 33 O CARACAZO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1989
 - 38 OS ANTECEDENTES E A CONJUNTURA GERAL
QUE LEVOU AO CARACAZO
- 48 A ANISTIA DE RAFAEL CALDERA E A PRIMEIRA ELEIÇÃO
DE HUGO CHÁVEZ
 - 51 ELEIÇÕES SOB A ÉGIDE DA NOVA CONSTITUIÇÃO
 - 54 O GOLPE DE ESTADO DE 2002
 - 60 OS ACONTECIMENTOS DE 11 DE ABRIL

- 60** O LOCAUTE PETROLEIRO DE DEZEMBRO DE 2002 A FEVEREIRO DE 2003
 - 67** OS ANOS 2003-2012: DO REVERENDO REVOGATÓRIO À MORTE DE HUGO CHÁVEZ
 - 77** EM DIREÇÃO AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI
 - 78** ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006
 - 80** O REFERENDO QUE CHÁVEZ PERDEU
 - 81** REFERENDO ABRE A POSSIBILIDADE DE REELEIÇÃO INDEFINIDA
 - 83** O PERÍODO QUE COMEÇA EM 2009
 - 84** ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2012
 - 87** PROMOTOR DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
 - 88** CRISE DE SAÚDE DE CHÁVEZ
 - 90** FALECIMENTO E ENTERRO
 - 91** NICOLÁS MADURO SUPERA UM GRANDE DESAFIO
 - 92** O DAY AFTER E OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO MADURO
 - 101** ANALISANDO A CONJUNTURA
 - 121** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
 - 123** SOBRE O AUTOR
 - 125** EPITÁFIO, POR BRENO ALTMAN

Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”, durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com consequente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o “pátio traseiro” dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos no reconhecimento de

direitos de populações antes marginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos constituintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do “esgotamento” deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste “ciclo” – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de “fim do ciclo” tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter

paradidático, ao oferecer, em linguagem bastante acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de “ciclo progressista” na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

Diretoria da Fundação Perseu Abramo



■ REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

■ Venezuela reclama devolução do território de “Esequibo” atualmente sob controle da Guiana

CAPITAL: Caracas

TERRITÓRIO: 159.542 km²

POPULAÇÃO (2014): 30.831.000 mil habitantes

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO

(por 100 habitantes, 2010-2015): 1,48 [ALC: 1,11]

Expectativa de vida ao nascer (2000-2005):

72,8 [ALC: 72,1]

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (2014):

7,3 [ALC: 6,0]

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (15 anos e

mais, 2012): 95,5 [ALC: 92,4]

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO (% do PIB, 2009):

6,9 [BR: 5,6]

MÉDICOS EM CADA MIL HABITANTES (2014):

1,9 [BR: 1,9]

Obs.: A sigla ALC entre colchetes informa, para efeitos de comparação, sobre esse indicador para América Latina e Caribe no mesmo período. Em sua falta, colocamos o dado do Brasil.

Fontes: Anuario Estadístico de América Latina. CEPAL, 2014.

Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar <http://www.igvsb.gob.ve/>

Introdução

Escrever um ensaio sobre a Venezuela nos dias que correm, e ao final do texto colocar um ponto final, é interromper a história.

Os temas de grande relevância que estão em discussão e que podem pôr em risco a Revolução Bolivariana devem merecer de sua liderança tino, inteligência e estratégia. A oposição, por sua vez, joga talvez suas últimas cartadas para manter o poder – o poder das oligarquias que sempre empunhou ao longo da história.

Desde que Hugo Chávez assumiu a presidência em 1999, o confronto entre as forças progressistas de um lado e as forças conservadoras, com os seus vários matizes, de outro vem se cristalizando. Há esforços, como o que agora está se empenhando com o apoio de personalidades estrangeiras, do Papa Francisco e de instituições regionais, de aproximar as partes para um necessário diálogo. No entanto, a forte polarização política que tem marcado todo

este período levará certamente à conclusão de que o lado que sair vitorioso desta longa e dura disputa submeterá o outro a um desenlace não somente no terreno político como também no plano ideológico. E este desenlace poderá se estender ao longo do tempo.

Na Venezuela, diferentemente de todos os países que na América Latina elegeram e reelegeram governos progressistas ou de esquerda, as circunstâncias e a evolução dos acontecimentos conduziram ao confronto que marcou o mundo no século xx: capitalismo *versus* socialismo.

O processo bolivariano, ainda sob o comando de Hugo Chávez, desembocou com o correr dos anos na Revolução Bolivariana. A Revolução conta com ampla base de apoio popular, de trabalhadores, em especial dos trabalhadores do petróleo, a principal força motriz ainda hoje da economia, e de movimentos sociais, de jovens, de estudantes, de camponeses, educados política e ideologicamente por um trabalho permanente levado a cabo principalmente por Chávez, continuado por Nicolás Maduro e pelas principais lideranças do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) e partidos aliados. Conta também com um robusto complexo de meios de comunicação de massa, televisão, rádio, jornais, rádios comunitárias e apoiadores nas redes sociais. Ao lado e em defesa da Revolução, para garantir o exercício das funções constitucionais e a executar importantes tarefas governamentais, estão as Forças Armadas Nacionais Bolivarianas. Instituições de Estado como o Tribunal Supremo de Justiça, a Procuradoria Geral, o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão também têm exer-

cido um papel de absoluto respeito à Constituição o que acaba se revelando um firme obstáculo a todas as investidas golpistas, particularmente a partir de 2004.

O socialismo defendido pela Revolução Bolivariana assume características próprias. A Constituição prevê e preserva a propriedade, o mercado e as relações capitalistas de trabalho embora subordinados aos interesses nacionais e da sociedade. Consagra também as liberdades democráticas, como o voto, a livre expressão e a liberdade de associação. É o que dita a Carta Magna.

Por outro lado, as forças que se opõem à revolução defendem o capitalismo, a propriedade privada, a privatização e vêm tentando de todas as formas retomar o poder desde a ascensão de Hugo Chávez. Valeram-se do golpe de Estado e de outras ações antidemocráticas, até agora, sem sucesso. Possuem uma extensa base social nos setores mais abastados da sociedade e em boa parcela da classe média. Contam com o apoio de importantes segmentos do empresariado, em especial os ligados à importação de bens e serviços de que o país é altamente dependente, dos banqueiros, do setor financeiro e dos rentistas. Recebem o respaldo político e logístico dos Estados Unidos, da Espanha e dos governos neoliberais do continente, e da grande mídia internacional. Detêm amplo domínio sobre os meios de comunicação de massa privados e recebem o apoio da hierarquia da Igreja Católica.

Ao conquistar a maioria qualificada da Assembleia Nacional nas eleições parlamentares de dezembro de 2015, utilizaram-se desta circunstância para tentar derrubar Ni-

colás Maduro e seu governo, com o intuito de finalmente derrotar a Revolução Bolivariana, instalando em seu lugar um poder que atenda aos seus interesses de classe.

É isto, em suma, o que está em jogo na Venezuela: a luta pelo poder. De um lado os defensores da Revolução Bolivariana; de outro, a contrarrevolução e o retorno ao regime capitalista.

Este livro passa rapidamente, após breves pinceladas históricas, ao que representou o regime ditatorial de Marcos Pérez Jiménez. Detém-se, a seguir, na retomada do regime democrático com Rómulo Betancourt e as esperanças que inicialmente alimentou. Analisa com certa atenção a guinada de seu governo no sentido de alinhar-se a Washington no auge da Guerra Fria. Vale a pena refletir sobre o episódio do célebre encontro de Betancourt com Fidel Castro. Fidel, imaginando tratar-se Betencourt ainda do homem que militou nas fileiras revolucionárias de esquerda, pensava em espriar sua revolução anti-imperialista para outros países da região.

Com Rómulo Betancourt iniciou-se o ciclo histórico conhecido como o Pacto de Punto Fijo. Durante cerca de quatro décadas, de acordo com os acertos celebrados nos marcos do *puntofijismo*, foram se revezando no comando da nação presidentes egressos da Ação Democrática e do Copei. Não havia muita diferença programática nem ideológica entre esses partidos de sorte que neste longo período a política levada a cabo esteve sempre ligada aos interesses dos Estados Unidos na região, a par do rentismo derivado dos ingressos do petróleo e da “maldição do petróleo” que se exacerbou nesse período.

O *caracazo* de 1989 merece uma abordagem especial neste ensaio. Carlos Andrés Pérez havia sido eleito para um segundo mandato após uma campanha em que apresentara um programa de governo progressista. No entanto, tão logo tomou posse curvou-se às pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, adotando medidas econômicas neoliberais, conforme o figurino proposto pelos órgãos internacionais. A reação popular não tardou e, embora espontânea e sem comando centralizado, mobilizou grande parte da população, em atos de resistência e saques generalizados. A repressão das forças de segurança, exército e polícia, que empregaram armas letais para conter os manifestantes, resultou em milhares de vítimas fatais.

A entrada em cena de Hugo Chávez se deu em 1992. A revolta por ele comandada fracassou, mas o seu famoso discurso *por ahora*, calou fundo na alma do povo pobre, que nele depositou a esperança por dias melhores.

O livro trata da vitória de Chávez nas eleições presidenciais de 1998. Mais importante, se debruça sobre o plebiscito para a convocação de uma Assembleia Constituinte – carro-chefe se sua campanha –, os trabalhos para a elaboração de uma nova Constituição democrática e altamente progressista e o referendo que a aprovou. Chávez é eleito novamente em 1999, já sob a égide da nova Constituição.

O ensaio discorre amplamente sobre o efêmero Golpe de Estado de abril de 2002 e a sabotagem petroleira de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Desde então, a opo-

sição, enfraquecida politicamente com o desaparecimento prático dos partidos tradicionais, adota seguidamente posições golpistas ou antidemocráticas.

Depois de perpassar por um longo período de crescimento econômico e social, o livro trata da quarta e última campanha presidencial de Hugo Chávez, quando foram fincados os fundamentos de uma sociedade socialista nos marcos da Revolução Bolivariana. Finalmente, chega-se à morte do comandante Chávez e a eleição de Nicolás Maduro, em acirrada disputa.

Para concluir seu percurso, a obra se propõe a discutir os caminhos da Revolução Bolivariana e os possíveis desdobramentos da crise que o país atravessa. Há em curso hoje um decisivo confronto entre a revolução e a contrarrevolução e os acontecimentos futuros dirão para que lado penderá o prato da balança.

VENEZUELA, A PEQUENA VENEZA

Em sua terceira viagem à América, em 1498, Cristóvão Colombo chegou à foz do Rio Orinoco. Em maio do ano seguinte, baseado nos informes do explorador genovês, o navegador Alonso de Ojeda deixa a Espanha para realizar a primeira expedição que percorreu a região. Em suas incursões, Ojeda ficou impressionado com o fato dos índios construírem suas casas sobre palafitas como em Veneza, de que resultou chamar o país de Venezuela – pequena Veneza. A partir de 1515 ocorreu a colonização espanhola.

A independência viria quase três séculos depois, declarada pelo Congresso Nacional em 5 de julho de 1811, mas levou alguns anos até que, após muitas batalhas entre as tropas da coroa espanhola e os exércitos patriotas – estes sob o comando principalmente de Simón Bolívar, cognominado *O Libertador*, e Francisco de Miranda –, o país tornou-se independente de fato.

Entre 1810 e 1830, a Venezuela integrou Grã-Colômbia, território que também englobava a Colômbia, Equador, Panamá. A separação venezuelana foi dirigida pelo general José Antonio Páez, que já havia combatido sob as ordens de Bolívar. Páez foi o primeiro presidente do novo Estado venezuelano e governou até 1863.

A Venezuela passou por uma guerra travada entre conservadores e liberais entre 1859 e 1863. Este conflito, chamado de Guerra Federal, foi vencido pelos liberais sob o comando de Antonio Guzmán Blanco, que governou o país até 1888. Sob o comando de Guzmán Blanco, o país experimentou uma fase de modernização.

Depois desse período, irrompem algumas ditaduras. Cipriano Castro governou entre 1899 e 1908, quando o poder foi tomado por Juan Vicente Gómez, que conduziu o país pelos 27 anos que se seguiram.

A ERA MARCOS PÉREZ JIMÉNEZ

Em 1952 teve início a ditadura chefiada pelo general Marcos Pérez Jiménez. Ele havia participado do golpe de Estado desfechado em 1948 por uma junta militar comandada pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud, então ministro da Defesa, que derrocou o presidente Rómulo Gallegos.

O regime da Junta Militar foi dos mais antidemocráticos: dez anos de suspensão das liberdades públicas, de corrupção, de fraude política e eleitoral, e mais a proibição de partidos políticos como o Comunista e a Ação Democrática

proibidos, sintetizam a história venezuelana nesse período. A presidência de Chalbaud foi abruptamente interrompida com o seu assassinato. Sucedeu-o na presidência, então, o diplomata Germán Suárez Flamerich. Em 30 de novembro de 1952 é levado a cabo o pleito para eleger os parlamentares que comporiam a Assembleia Constituinte responsável por elaborar a nova Carta Constitucional venezuelana. No transcurso da jornada eleitoral, ao ver que o partido opositor, a União Republicana Democrática, alcançava a maioria dos votos, o governo desconheceu os resultados e suspendeu as eleições, proclamando a vitória da Frente Eleitoral Independente. Em abril de 1953, o novo parlamento nomeou Pérez Jiménez o presidente constitucional.

O governo de Pérez Jiménez proscreveu a oposição e coibiu as liberdades civis. Seu órgão policial repressivo, a Direção de Segurança Nacional, prendeu e confinou os opositores no campo de concentração onde muitos deles foram executados.

Durante a ditadura, o *perezjimenismo* foi apoiado pelos Estados Unidos por formar parte da rede de distribuição petroleira e por seu anticomunismo. Difundiu-se um pensamento nacionalista conhecido como Novo Ideal Nacional. Do ponto de vista político, a presidência de Pérez Jiménez foi marcada pelo esforço em acabar com a oposição. A polícia política desempenhou o papel de fiel defensora do regime. Seu modo de ação baseava-se na espionagem, perseguição e tortura.

Difícilmente um sistema econômico em crescimento pode ser acompanhado de um regime político fechado e

ditatorial. Esse cenário levou à articulação de um amplo movimento popular, que contou com ajuda de setores descontentes das Forças Armadas e acabou por derrubar Pérez Jiménez em 23 de janeiro de 1958.

Em matéria econômica, no entanto, o governo Pérez Jiménez se viu favorecido pelos abundantes ingressos de divisas. O período pós-guerra foi benéfico para a Venezuela em decorrência da venda de petróleo. O regime de concessões havia sido adotado e o governo se beneficiava com a exportação petroleira. Com fartos recursos disponíveis pôde-se imprimir certa modernização do país, em especial na área de infraestrutura. O auge do comércio entre a Venezuela e os países do Norte era seguido de edificações urbanas monumentais e construções de envergadura, sobretudo em termos de rodovias.

No entanto, acontecimentos precedentes já indicavam o grau de descontentamento generalizado em relação ao regime. A gota d'água ocorreu em 1º de novembro de 1957, quando Jiménez convocou um plebiscito para decidir acerca de sua reeleição à presidência pelos cinco anos seguintes. Os primeiros a protestar foram os estudantes da Universidade Central da Venezuela que em 21 do mesmo mês levaram a cabo uma massiva manifestação, sendo reprimidos brutalmente pela polícia. Foi o início da revolta que não cessaria até o final do regime.

Partidos como o Comunista e a União Republicana Democrática e, posteriormente, Copei e Ação Democrática, formaram a Junta Patriótica, contando com o apoio dos estudantes e de uma parcela do Exército, comandado

pelo coronel Hugo Trejo. Finalmente, em 21 de janeiro de 1958 foi convocada uma greve geral e verdadeiras multidões desceram os morros de Caracas em protesto contra a ditadura.

Apesar da decretação do Estado de Sítio pelo governo, os dois dias que seguiram foram de rebeldia maciça. Na madrugada de 23 de janeiro, enquanto os militares tomavam o Palácio de Miraflores e as emissoras de rádio, o ditador Jiménez fugia a bordo do avião presidencial. Foi julgado por desfalque em 1963 e preso até 1968. Morreu em 1999 na Espanha. O poder foi tomado por uma junta militar liderada pelo vice-almirante Wolfgang Larrazábal.

SURGE A QUARTA REPÚBLICA

Quarta República é a denominação consagrada historicamente para o período que vai do fim da ditadura de Pérez Jiménez e a assinatura do Pacto de Punto Fijo até a eleição da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu e aprovou a nova Constituição de 1999, confirmada em referendo popular especialmente convocado, dando início à República Bolivariana da Venezuela ou Quinta República.

Após a queda de Pérez Jiménez – e de um interregno de dez meses de Junta Militar –, houve um período de grandes mudanças no âmbito político e econômico. O episódio político marcante desse período foi a assinatura do Pacto de Punto Fijo – um acordo de governabilidade entre os partidos Ação Democrática, Copei e União Republicana Democrática, firmado em 31 de outubro de 1958,

antes das eleições de dezembro desse mesmo ano, que permitiu a relativa estabilidade do incipiente sistema representativo vigente ao longo de quatro décadas. O objetivo do pacto era alcançar a sustentabilidade política mediante a participação equitativa de todos os principais partidos no gabinete executivo da legenda triunfante.

Ao contrário do geralmente se pensa, o derrocamento de Pérez Jiménez não conduziu imediatamente a um regime civil democrático e à saída dos militares da vida política. Isso porque nem todas as forças políticas que ajudaram a derrubar a ditadura queriam instaurar um regime democrático e seguiam preferindo um governo das forças armadas.

Durante o ano de 1958 ocorreram várias tentativas de um novo golpe de Estado contra a Junta de Governo. Os perigos concretos de uma regressão à ditadura militar conduziram à formação de uma frente civil que levasse o processo a uma normalidade democrática.

Assinaram o pacto Rómulo Betancourt, Raul Leoni e Gonzalo Barrios pela Ação Democrática; Jóvito Villalba, Ignacio Luis Arcaya e Manuel López Rivas pela União Republicana Democrática; Rafael Caldera, Pedro del Corral e Lorenzo Fernández pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – Copei, reunidos em Caracas, na residência de Caldera, de nome Punto Fijo. O vencedor das eleições realizadas em 1958 foi Rómulo Betancourt.

Ficou fora desse pacto o Partido Comunista da Venezuela, uma das principais organizações que lutou contra a ditadura do general Pérez Jiménez. A marginalização do

PCV se deveu, segundo opinião de analistas à época, reproduzindo a verdadeira intenção de setores reacionários e conservadores, à dinâmica da Guerra Fria, ao rechaço a esse partido por parte da Igreja Católica e do Copei, bem como a suposta dependência em relação à União Soviética.

O Pacto de Punto Fijo foi complementado, ao encerrar-se o processo eleitoral, com uma declaração de princípios e um programa mínimo de governo de caráter liberal-conservador subscrito pelos candidatos presidenciais dos três partidos: Rómulo Betancourt pela AD; Rafael Caldera pelo COPEI e Wolfgang Larrazábal pela URD.

A URD se retirou do pacto em 1962, manifestando-se contrária à política externa de Betancourt, que buscava sanções contra Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA), e a uma exagerada ingerência dos Estados Unidos na política interna venezuelana, como foi o caso do tratado Betancourt-Kennedy em que a Venezuela cancelou o Plano Ferroviário Nacional deixado pelo governo anterior.

O pacto, na prática, acabou criando um bipartidarismo entre AD e COPEI uma vez que a URD perdeu influência no sistema estabelecido. Embora legalmente o pacto tenha durado até o primeiro governo de Rafael Caldera, a alternância entre os dois partidos concretamente se manteve até 1999, quando se instalou o novo Congresso logo depois da eleição à presidência de Hugo Chávez, que deu por concluída a etapa histórica *puntofijista*.

No governo de Rómulo Betancourt foi criada a Corporação Venezuelana de Petróleo e não foram outorgadas mais concessões às multinacionais petroleiras. Também

neste período, em 1960, foi constituída a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – que teve como um de seus principais idealizadores Juan Pérez Alfonso, então ministro de Minas e Petróleo venezuelano. Ainda sob comando de Betancourt, aprovou-se uma lei de reforma agrária e foi sancionada uma nova Constituição, em 1961.

A nova ordem sofreu a ação violenta de antagonistas. Em 1960, Betancourt foi vítima de atentado planejado pelo ditador dominicano Rafael Leónidas Trujillo. Já em 1962, setores militares tentaram desestabilizar seu governo com as fracassadas revoltas em Carúpano e Puerto Cabello. Porém, o fato político de maior transcendência foi a revolta militar liderada pelo Partido Comunista, com apoio externo de Fidel Castro.

O HISTÓRICO ENCONTRO DE RÓMULO BETANCOURT E FIDEL CASTRO

Em 23 de janeiro de 1959, Fidel Castro iniciou uma visita a Venezuela. Era sua primeira viagem ao exterior após o triunfo da Revolução. A viagem teve um motivo principal aparente: expressar agradecimento ao povo da Venezuela por sua valiosa contribuição moral e material aos revolucionários de Sierra Maestra. Fidel chegou a Caracas num avião venezuelano enviado a Havana pela junta que assumiu o poder após a deposição de Pérez Jiménez. Na Venezuela acabavam de celebrar-se eleições presidenciais com a vitória de Rómulo Betancourt, da AD.

Trinta mil pessoas esperavam Fidel no aeroporto de Maiquetía. O líder revolucionário foi recebido pelo contra-almirante Wolfgang Larrazábal, chefe da junta. No trajeto para Caracas dezenas de milhares de pessoas lançavam flores a sua passagem, muitos choravam de emoção.

Nesse encontro, Fidel e Betancourt conversaram privadamente por duas horas. Muito tempo depois, analistas venezuelanos garantiram que Betancourt expôs a Fidel a impossibilidade de outorgar crédito a Cuba para a compra de petróleo, devido ao controle das grandes companhias norte-americanas sobre a produção e comercialização desse produto.

Os propósitos de Betancourt eram claros, estavam definidos havia muitos anos e, durante o seu governo, deu mostras disso. Seu maior interesse era manter-se no poder e, para tanto, estava disposto ao estabelecer muito boas relações com os Estados Unidos. Seus vínculos com Rockefeller seguiam sólidos e o magnata continuava sendo um personagem importante no mundo das finanças e dos negócios petrolíferos. Os propósitos de Fidel eram outros. Já havia concebido a necessidade de abrir uma frente de combate contra o imperialismo e vinha à Venezuela em busca de respaldo. O fato não é estranho devido aos antecedentes de Betancourt e sua velha amizade com autoridades cubanas de alto escalão, como Manuel Urrutia, Oswaldo Dorticós e sobretudo Raúl Roa, como afirma Edgardo González Medina em *Venezuela, capitalismo de Estado, reforma y revolución* (2007).¹ Para este mesmo autor:

1. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2007a/244/indice.htm>>.

Inicialmente para os cubanos, Betancourt era o líder capaz de incidir em uma estratégia de enfrentamento contra os Estados Unidos, porque havia sido um dos principais dirigentes do Partido Comunista de Costa Rica e membro do suposto Birô do Caribe da Terceira Internacional.

Pouco tempo depois, os Estados Unidos decidiram sancionar a Cuba revolucionária, isolando-a diplomática e politicamente do restante da América Latina, com a única exceção do México. Uma das metas era expulsá-la da OEA e aplicar-lhe a Carta Interamericana, ou seja, invadi-la com a ajuda e apoio de todos os membros da organização. Em 17 de março de 1960, o presidente norte-americano Dwight David Eisenhower aprovou o “Programa de ação encoberta contra o regime de Castro”.

Betancourt se encontrava entre os mais entusiastas por acompanhar os Estados Unidos, sobretudo porque sua situação era pouco confortável: o país vivia uma aguda crise econômica e seu governo era confrontado por uma vigorosa oposição. Dessa forma, necessitava de maneira vital o sinal verde de Washington. Por essas circunstâncias, decide que o voto da Venezuela seria favorável às intenções da Casa Branca. Eram outros tempos, quando o domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina era avassalador e a OEA seu “ministério de colônias”.

Rompendo com o governo Betancourt, o dirigente comunista Douglas Bravo fundou em 15 de março de 1962 a Frente Guerrilheira José Leonardo Chirinos na serra de Falcón, combatendo intermitentemente contra o exército

legal. A partir de março de 1966 dirigiu o Partido da Revolução Venezuelana, fração dissidente do Partido Comunista, integrada também pela Frente Guerrilheira Simón Bolívar do estado Lara com a finalidade de dar continuidade à luta armada. Bravo foi o que mais resistiu na guerra de guerrilha dos anos 1960 quando o Partido Comunista da Venezuela, apoiado por Cuba, pegou em armas contra o governo Betancourt. Sem conseguir a adesão de novos combatentes nem o apoio da população, em pouco tempo o PCV teve de reconhecer a derrota, aprovou o acordo de paz e passou a disputar eleitoralmente os espaços políticos.

A CONSTITUIÇÃO DE 1961

O país vivia sob as regras de uma democracia institucional. O regime contava com o apoio dos setores militares mais conservadores, dos principais círculos empresariais e dos aliados norte-americanos. O objetivo era deter a mobilização social deflagrada nos últimos meses do governo militar e impedir que a oposição comunista assumisse um papel destacado no novo regime. Mas a colaboração entre os três partidos não completaria três anos. Quando o presidente da República eleito em 1958, Rómulo Betancourt (AD), apoiou o bloqueio comercial a Cuba, a URD rompeu com o acordo de convivência. O caminho estava aberto para o domínio do bipartidarismo, marcado pela alternância de governo entre AD e Copei durante quatro décadas.

A Constituição de 1961 institucionalizou o mando conservador. Todos os juízes deveriam ser escolhidos pelo

Congresso. Nenhuma promoção de oficiais superiores das forças armadas, de tenente-coronel para cima, poderia ser efetivada sem ratificação parlamentar. Por leis não escritas, a maioria dos empregos públicos estava reservada para os que tinham carteira de filiação em alguma das duas organizações ou padrinho influente. Mesmo os postos de trabalho na indústria e no comércio eram oferecidos levando em consideração um critério *partidista*. A Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV) era controlada pela AD desde o final dos anos 1950, graças a uma engenhosa máquina de fraude e repressão: os filiados dissidentes eram excluídos das listas de votação sindical e qualquer reclamação esbarrava numa justiça corrompida até a medula. A democracia venezuelana era bastante parecida com sua congênera mexicana, que um dia o escritor Octavio Paz chamou de “ditadura perfeita”.

O grande problema desse sistema oligárquico, no entanto, era conseguir manter os excluídos da pátria petrolífera em sua órbita. Por muito tempo a ampliação do gasto público permitiu melhorar os serviços prestados pelos estados e municípios, criando uma expectativa de prosperidade que amortizava a percepção da dualidade nacional. Os filhos das camadas mais pobres podiam almejar emprego na burocracia, crédito para a edificação de sua residência ou amparo gratuito para a saúde. Quando essa expectativa foi frustrada, com a queda da renda petrolífera e a emergência de uma crise fiscal, a nação profunda revoltou-se contra o roteiro que lhe cabia.

RAUL LEONI, RAFAEL CALDERA, CARLOS ANDRÉS PÉREZ,
LUIS HERRERA CAMPINS E JAIME LUSINCHI

Em 1963, Raul Leoni (AD), o presidente do Congresso Nacional, foi eleito presidente da República. Apesar de ter tentado estabelecer um clima de concórdia e entendimento, teve de lidar com contínuos ataques guerrilheiros. Rafael Caldera (Copei) ganhou as eleições presidenciais seguintes. Antes de tomar posse em 1969, estalou a Rebelião de Rupununi na Guiana, o que representou uma oportunidade para anexar o território Essequibo, reclamado pela Venezuela e ainda hoje território em disputa. Pactuou a trégua definitiva com a guerrilha e garantiu a sua reintegração à vida política.

Em 1974 assumiu o comando do país o presidente Carlos Andrés Pérez (AD). Nesse período, o ingresso de divisas foi incrementado enormemente, como consequência da crise do petróleo de 1973, quando o preço do barril de petróleo passou bruscamente de 3 a 12 dólares. O país chegou a ser apelidado de “Venezuela Saudita”, título de um livro de Alfredo Tarre Murzi.² Em 1975 a indústria siderúrgica foi nacionalizada e no ano seguinte foi a vez do petróleo, quando se criou a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). Tanto Caldera como Pérez romperam parcialmente com a Doutrina Betancourt.

Em 1979, Luis Herrera Campins (Copei) é eleito presidente. Inaugurou múltiplas instalações culturais e

2. Alfredo Tarre Murzi, *Venezuela saudita* (Vadell, 1978).

desportivas. Ainda que os ingressos petroleiros continuassem em alta, não pôde impedir o endividamento externo, levando-o a aceitar e seguir rigorosamente os ditames do FMI. Em fevereiro de 1983, o bolívar sofreu uma forte desvalorização, no que ficou conhecido como “sexta-feira negra”, dando início a uma profunda crise do modelo econômico venezuelano.

O governo de Jaime Lusinchi (AD) pouco fez para superar a crise. A corrupção se incrementou e a política econômica manteve a linha rentista, ligada a indústria do petróleo. Por outro lado, em 1987, o incidente da corveta Caldas gerou um dos maiores momentos de tensão internacional com a Colômbia devido à disputa pela soberania sobre o golfo da Venezuela.

Carlos Andrés Pérez é novamente eleito em 1988 e durante seu mandato buscou solucionar a recessão ao adotar medidas que originaram grandes protestos sociais, culminando com o *caracazo* de 1989. Nesse mesmo ano tiveram lugar as primeiras eleições diretas de governadores estaduais e prefeitos. Posteriormente, em 1992, houve duas tentativas de rebelião militar: em fevereiro e em novembro, ambas encabeçadas por Hugo Chávez. Pérez foi finalmente destituído pelo Congresso em 1993. Octavio Lepage foi nomeado presidente provisório por poucos dias até que o historiador e parlamentar Ramón José Velázquez fosse designado como presidente interino.

A última esperança de barrar a crise no antigo regime foi durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez (AD). O candidato da Aliança Democrática havia pro-

metido reverter a política liberal de seu antecessor, o *co-peiano* Luis Herrera Campins. Este havia negociado uma composição para a dívida externa do país confiscando uma enorme parte da receita pública para esse destino. Pérez fez uma campanha prometendo rejeitar o acordo como FMI e devolver os venezuelanos aos bons tempos do petróleo valorizado. Massacrou seus adversários. Tomou posse em 2 de fevereiro de 1989 com mais de 65% de apoio popular.

O CARACAZO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1989

Vinte dias depois suas promessas tinham sido esquecidas: Andrés Pérez aceitou os termos do FMI, elevando o preço dos combustíveis e dos transportes públicos. O anúncio dessas medidas foi o estopim para que Caracas se tornasse uma praça de guerra. Uma rebelião popular, depois conhecida como caracazo, se alastrou pelo país durante dois dias. O governo chamou o exército para reprimir os manifestantes e mais de mil pessoas foram sumariamente fuziladas. A partir daí, iniciou-se a lenta agonia que levaria, quase dez anos depois, à eleição de Hugo Chávez.

Esse longo período foi marcado pela decadência do antigo regime sem que houvesse forças suficientes ou estratégias mais ousadas para impor uma outra alternativa de poder. A elétrica mobilização social iniciada em 1989 foi ancorada em formas de articulação por bairro, descentralizadas e instáveis, com a debilidade natural provocada pela ausência de estruturas unitárias e permanentes. No interior da esquerda venezuelana, duramente derrotada

em sua experiência guerrilheira nos anos 1960, prevalecia uma posição de reformar o regime de dentro para fora, por meio de alianças que deslocassem alguns setores dos partidos tradicionais para uma perspectiva de mudanças. As duas principais agremiações progressistas, o Movimento ao Socialismo (MAS) e a Causa R, chegaram a participar do governo de Rafael Caldera, o velho fundador do Copei que, em 1993, voltou à Presidência da República prometendo a modernização do Estado. Sua gestão terminou alinhada com as surradas fórmulas do FMI sem que os grupos de esquerda que lhe davam apoio abandonassem o barco – ao contrário, seus chefes históricos apoiaram o candidato da direita, Henrique Salas Römer, na eleição presidencial vencida por Chávez em 1998.

Em 27 de fevereiro de 1989 o povo se levantou contra tudo o que significava a Quarta República e o governo de Carlos Andrés Pérez (CAP). Esse governo era *adeco* e recentemente havia chegado ao poder. O ato de posse de CAP havia sido prestigiado por autoridades de diversos países, até Fidel esteve presente, porque ganhara as eleições com a promessa de que todo o mal que haviam feito durante a Quarta República iria mudar.

Durante a campanha eleitoral, CAP proferia o discurso mais revolucionário, inclusive anti-imperialista, que se possa imaginar, era carismático e sua campanha de “esse homem que caminha” pegara. No entanto, ninguém contava com a forte pressão dos Estados Unidos que à época ditava aos países da América Latina as regras de como se devia governar. As promessas que CAP fazia eram socialis-

tas demais para Washington e para a oligarquia local. Não iriam permitir que se governasse com o programa alardeado, em especial porque em todo o planeta o capitalismo estava ganhando a batalha contra tudo o que fosse ou parecesse socialista.

Os Estados Unidos, o Banco Mundial e o FMI, de fato, impuseram seus interesses ao presidente que, ao aceitar a regra do jogo, despojou o povo venezuelano das condições mínimas para uma sobrevivência digna. Antes ainda de cumprir o primeiro mês de governo, lança suas primeiras medidas. O escritor e historiador Reinaldo Iturriza, num artigo para a revista *Plomo*, assim descreveu a irritação da população:

Entre o que chamamos aqui *pueblo arrechó* (povo enfurecido) havia de tudo. E ‘de tudo’ eram os estudantes, os habitantes das favelas e dos morros caraquenhos, bandos compostos de delinquentes, narcotraficantes, malandros, ultraesquerdistas marginalizados, seres que não se encaixavam na classificação socioeconômica D-E, e melhor poderiam ser Y-Z, pertencentes ao inframundo caraquenho.

Grande era a expectativa do povo venezuelano por mudanças, especialmente porque a campanha de CAP havia sido fundada em ideias muito avançadas, com propostas de políticas voltada para os mais pobres. Porém, depois de se reunir com os vampiros do Império, decidiu trair o povo, tal como descreveu Margarita López Maya em seu texto “La protesta popular venezolana entre 1989 y 1993”:

Em 16 de fevereiro, em meio a grande expectativa, Pérez apresentou seu programa de ajuste econômico (...) Ao contrário do oferecido em campanha e insinuado em seu discurso de posse, era dada uma saída neoliberal à crise. (...) Entre as medidas mais temidas pela população foi o anúncio da liberação dos preços para os dias seguintes, a liberação da taxa de juros, eliminação do controle cambial, aumento das tarifas dos serviços públicos, redução dos subsídios.³

Carlos Andrés Pérez, que em seu primeiro governo (1974-1979) conseguira um importante crescimento econômico, regressa à cena política dez anos depois, com aval do povo. Além de vencer facilmente a eleição presidencial de 1988, obteve uma considerável maioria parlamentar, com o que esperava resolver a aguda crise econômica. No entanto, com políticas diametralmente opostas ao de seu primeiro governo e das promessas de campanha, aplica um programa nitidamente neoliberal, a que chamavam de “Grande Virada”, diretamente influenciado pelas teorias econômicas em voga à época no FMI, no Banco Mundial e entre os principais grupos econômicos dos Estados Unidos. Este programa incluía, entre outros aspectos, a liberação dos preços controlados, sobretudo da gasolina, porém sua aplicação imediata se fez sem levar em conta a dramática situação da população. As consequências sociais

3. Margarita López Maya, “La protesta popular venezolana entre 1989 y 1993” (In: *Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999).

não se fizeram esperar: em Caracas em 1989 se produzem intensos distúrbios, saques em grande escala, protestos e uma feroz repressão policial e militar. Além da crise econômica, esses fatos demonstravam a existência de uma latente, porém muito forte crise social.

Em 27 de fevereiro, quando as pessoas que viviam nesse momento em Barlovia (Guarenas-Guatire), região que pertence ao Estado de Miranda e fica a 80km a oeste de Caracas, se dirigiram à capital e se deparam com o novo preço de passagem, completamente fora do alcance de seus bolsos, iniciou-se uma grande revolta, que deu origem ao que posteriormente ficou conhecido como *caracazo*. A população das favelas e dos morros se lançou às ruas e começou a saquear as lojas e mercados cujos alimentos haviam sido retirados das prateleiras e estocados grandes quantidades pelos proprietários para, diante do anúncio de liberação dos preços, praticar especulação.

A alta do preço dos produtos retirou o poder de compra da população e muitos, sem condições de comprar o básico, se alimentavam de *perrarina*, um tipo de ração para cães.

Quando o *caracazo* foi detonado, obviamente todo o povo que não tinha como comprar alimentos passou a realizar saques por todo o país. Dava-se como certo que, diante de tamanha revolta popular, o resultado seria a queda do governo.

A reação do governo CAP, aturdido e atemorizado, foi lançar a polícia e as forças armadas às ruas para reprimir os saques e as manifestações. A ordem era utilizar

todos os recursos necessários, inclusive armas letais, para conter a população. As forças de repressão atiraram para matar, gerando o episódio mais lamentável e criminoso da história contemporânea da Venezuela. Fala-se em três mil, mas até hoje não se sabe exatamente o número de vítimas fatais estendidas no asfalto e nos gramados dos parques da cidade. Os hospitais, necrotérios e cemitérios entraram em colapso, obrigando as autoridades a abrir fossas comuns. Muitas famílias nunca velaram nem enterraram seus mortos e nenhum dos governos subsequentes lhes fez justiça, e menos ainda ofereceram reparação ou indenização. Só muito recentemente a Procuradoria da República resolveu alguns casos emblemáticos daquela tragédia.

O morticínio foi tão aberto e descarado que CAP mandou membros de seu gabinete dizer que tudo estava bem, que os “pequenos focos” de distúrbios já se haviam dissipado e que nas ruas já não acontecia nada. O ministro da Defesa foi a uma rede de rádio e televisão ler um pronunciamento, relatando a situação do ponto de vista do governo.

Começou firme, mas, no meio do discurso, sua voz embargou e, excitante, não conseguiu terminar a frase em que dizia “tudo está normal, bem”.

OS ANTECEDENTES E A CONJUNTURA GERAL QUE LEVOU AO CARACAZO

Quando os preços do petróleo despencaram, a partir dos anos 1980, a queda de seu aporte ao fisco venezuelano

levou o modelo à bancarrota. Apenas na última década sua participação diminuiu de 18,3% do PIB, em 1991, para 3,9% em 1998. O Estado buscou compensar essas perdas com o aumento dos impostos, a desvalorização cambial e o endividamento público, além da emissão de moeda. A inflação deu um salto de 7,4% anuais em 1978 para 103% em 1996, com uma média de 30% nesse intervalo. O serviço da dívida – pagamento de juros – passou a representar 30% do orçamento nacional. As elevadas taxas oferecidas para atrair investidores que financiassem o buraco nas contas estatais acabaram por estrangular de vez a economia. O PIB *per capita*, descontada a inflação, caiu quase 19% entre 1978 e 1998.

Outros dados são ainda mais expressivos da deterioração social. Nesses vinte anos o salário real perdeu 48% do seu valor, provocando uma queda de 25% no consumo *per capita*. O nível de desemprego aberto subiu, no mesmo período, de 4,3% para 11,3%. O setor informal, que representava 31,6% da mão de obra contratada, pulou para 49,5%. A taxa de desocupação alcançou 22% dos jovens até 24 anos e quase 26% das mulheres.

A ruína, porém, não foi para todos. O setor privado, historicamente beneficiado com a transferência da renda petroleira, passou a ser aquinhado também com os juros pagos para os compradores de títulos públicos, o que lhes rendeu mais de 30 bilhões de dólares. Os seguidos acordos do país com o Fundo Monetário Internacional estiveram orientados por medidas que garantissem a solvência do Estado diante dos credores. O reajuste das tarifas públi-

cas, o corte das verbas sociais e a privatização de empresas estatais foram as armas mais demolidoras de um arsenal de empobrecimento.

No final dos anos 1980, a dualidade nacional era uma ferida exposta. Dez por cento de uma população de 22 milhões de habitantes estavam incluídos na pátria do petróleo e das finanças. O seguimento de ponta dessa parcela da sociedade era formado pelas empresas multinacionais, os grandes comerciantes, os banqueiros e os políticos a seu serviço. Os poucos empresários do setor não petroleiro sentavam à mesa na qualidade de parentes modestos, a quem os reis da festa não davam muita bola. Uma porção da classe média tinha entrada para o baile, por meio de empregos na tecnocracia pública e na PDVSA (Petróleo da Venezuela S.A.), além do exercício de profissões liberais clássicas. A principal fração da diminuta classe operária do país, formada pelos trabalhadores do petróleo, era convidada a dar um pulo na cozinha para aproveitar os restos da comilança.

A outra nação era um enorme acampamento. A capital e todas as principais cidades tinham sido transformadas em *camelódromos* a céu aberto. O comércio informal era o porto do desespero para uma multidão de desempregados, aposentados com pensões em atraso, jovens sem escola e mulheres com filho no colo. A diminuição do dinheiro clientelista, aplicado nas províncias para manter os currais eleitorais, tirava desse contingente miserável e sem perspectiva de trabalho até mesmo as migalhas que remuneravam o conformismo com sua exclusão do enclave pe-

troleiro. O fluxo migratório para Caracas foi acelerado: as pessoas buscavam alguma tábua de salvação.

Se a soberba da pátria petroleira fosse menor, talvez seus dirigentes tivessem percebido que as pernas de seu sistema político estavam sendo cortadas. A opção pela integração ao sistema político como seu braço reformador custou às correntes majoritárias da esquerda um forte abalo à sua credibilidade. Certos estamentos da sociedade, principalmente entre as camadas médias, viram nessa adesão um sopro renovador. Mas os pobres das cidades e do campo deram-lhes as costas e paulatinamente voltaram sua simpatia à geração de militares que lançou o país em clima de insurgência a partir de 1992.

Apesar do fracasso militar, com a prisão dos líderes da sublevação, a vitória política foi estrondosa. Uma pesquisa do Ministério da Defesa, realizada quatro meses depois, mostrou que 64,7% dos caraquenhos tinham uma imagem positiva do oficial insurgente, apesar de oito em cada dez cidadãos afirmar preferir a vida sob um regime democrático. A imprensa e as autoridades governamentais chamavam os rebeldes de “golpistas”, mas as pessoas começavam a identificá-los com a luta contra o FMI, a miséria e a oligarquia.

Esse grupo de oficiais estava longe de seguir um figurino de desespero ou aventura. Desde o início dos anos 1980 estabeleceu contatos com as tendências de esquerda que recusavam a assimilação institucional e, aos poucos, formou uma organização clandestina, chamada Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), com uma rede

molecular em todos os ramos das forças armadas. O nome remetia a Simón Bolívar, que comandou a luta dos povos andinos contra a dominação espanhola. O objetivo do movimento era organizar uma insurreição cívico-militar para derrubar o sistema. Apesar de seu fracasso operacional, a partir dali nasceu um novo núcleo político, que reorganizaria a geografia da esquerda, recomporia sua unidade e a levaria ao governo. Estava nascendo a força capaz de conduzir a agonia do antigo regime para um processo de transformação.

Esses acontecimentos marcaram os primeiros passos da Revolução Bolivariana, porque a partir daí se começou a criar no interior das forças armadas um movimento insurrecional liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez, com os oficiais indignados pelo uso nefasto que o governo adeco atribuiu às tropas militares. Neste cenário, é criado o MBR-200 (Movimento Revolucionário Bolivariano-200).

Depois de vários anos de intenso trabalho dentro dos quartéis para a formação, cooptação, organização e contatos importantes com alguns partidos de esquerda da época, em 17 de dezembro de 1982, o capitão Chávez Frias, ao lado dos capitães Urdaneta Hernández e Acosta Carles e do tenente Isaías Baduel, realizaram o famoso juramento de Samán de Guere: “Juramos pelo Deus de nossos pais, pela pátria, pela nossa honra, que não daremos sossego a nossas almas nem descanso aos nossos braços até não ver rompidas as cadeias que oprimem nosso povo por vontade dos poderosos. Eleição popular, terras e homens livres, horror à oligarquia”.

Como o próprio comandante Chávez relatou vários anos depois:

A partir desse juramento começamos a trabalhar com grande ansiedade (...) e exatamente naquele dezembro nascia o EBR, o Exército Bolivariano Revolucionário, que também significava Ezequiel Zamora, Simón Bolívar e Simón Rodríguez. Mais tarde o mudamos para Movimento Bolivariano Revolucionário-200.

Nascia assim o movimento cívico-militar que permitiu comandar a luta contra o modelo capitalista que imperava naquele tempo e que mantinha todo o povo submetido à miséria.

Na terça-feira, 4 de fevereiro de 1992, o então tenente-coronel Hugo Chávez comandou um levante contra o governo de Carlos Andrés Pérez. A tentativa de derrubar o governo não alcançou seus objetivos e os rebeldes se renderam. Entre os oficiais sublevados que comandaram as ações constavam quatro tenentes-coronéis do exército: Hugo Chávez, Francisco Arias Cárdenas, Yoel Acosta Chirinos e Jesus Urdaneta.

Fizeram parte também deste levante militar 15 majores, 54 capitães, 67 tenentes, 65 suboficiais, 101 sargentos de tropa e 2.056 soldados. Os participantes, pertencentes a dez batalhões, formavam parte das guarnições dos estados Aráguá, Carabobo, Miranda, Zúlia e o Distrito Federal. O grupo fazia parte de uma organização conhecida como Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-

200), que professava uma ideologia política revolucionária, mesclada com o pensamento de Simón Bolívar.

A mobilização militar teve início quando CAP regressava do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça. Graças à atuação do chefe e supervisor da Escolta Civil Presidencial, de comissários do Serviço de Inteligência e do chefe da Divisão Geral de Investigações, que haviam feito relato de um “suposto rumor de insubordinação”, trabalho que foi entregue ao comandante do exército general Heinz Azpuru, assim como ao ministro da Defesa, Fernando Ochoa Antich, o presidente Pérez conseguiu, apoiado em membros de sua escolta civil, refugiar-se no Palácio de Miraflores. E graças à mesma escolta conseguiu chegar à estação de televisão Venevisión, de onde se dirige à nação para informar sobre a situação.

O assalto ao palácio presidencial ocorreu à meia-noite de 4 de fevereiro. Ao mesmo tempo, um outro contingente sob o comando de Miguel Torres invadiu a residência presidencial em La Casona. Os enfrentamentos em outras importantes cidades do país foram intensos em alguns casos.

Fracassada a tentativa de tomada de Caracas, os revoltosos se renderam depois que as guarnições do interior do país foram recuperadas pelas forças leais ao governo. Hugo Chávez foi localizado e preso pelas forças de segurança. Durante a negociação de sua prisão, pediu que pudesse dirigir-se pelos meios de comunicação de rádio e televisão aos seus comandados, solicitando a deposição de armas e a rendição. Valendo-se da oportunidade pronunciou uma breve saudação em que assumia a responsabilidade pelo

levante e ordenava aos revoltosos que ainda lutavam em Aráguá e Valência que se rendessem a fim de evitar maior derramamento de sangue ao mesmo tempo que pedia aos seus partidários que depusessem as armas.

A mensagem da rendição continha 175 palavras e durou 30 segundos. Entretanto, teve efeito arrebatador e produziu uma onda de admiração por todo o país, que pode se resumir na expressão “*por ahora*” (por ora), erigindo-se como uma bandeira de esperança e simpatia. O comandante Chávez se apresentou diante das câmeras acompanhado pelo vice-almirante Elías Hernández e o general Iván Sánchez. Chávez em uniforme de campanha e boina vermelha começou seu discurso com as seguintes palavras: “Em primeiro lugar quero dar um bom dia a todo o povo da Venezuela”. Em seguida se dirigiu diretamente “aos valentes soldados” que ainda não se haviam rendido em Maracay e Valência. Por se tratar de uma comunicação televisiva, ultrapassou o limite dos destinatários, envolvendo todos os telespectadores e ouvintes, que pela primeira vez iriam ver e ouvir o chefe da rebelião militar com um semblante não de um derrotado e uma expressão oral lógica e coerente.

Companheiros, lamentavelmente, por ora, os objetivos que nos propusemos não foram alcançados na capital. Quer dizer, nós aqui em Caracas não conseguimos controlar o poder (...) é tempo de evitar mais derramamento de sangue, já é tempo de refletir e virão novas situações e o país tem de encaminhar definitivamente em direção a um destino melhor. Desse modo, que ouçam minha palavra. Ouçam

o comandante Chávez, que lhes dirige esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas porque, na verdade, os objetivos que havíamos traçado a nível nacional é impossível que os alcancemos. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, ante o país e ante vocês, assumo a responsabilidade desse movimento militar bolivariano.

O discurso do “*por ahora*” semeou nova esperança no povo e fez nascer a liderança de Chávez que, de tão forte, cunhou-se a expressão “chavismo”, que representava o ideal de um governo voltado para os mais pobres e que não trai o povo.

A par da esperança popular, este evento transformou radicalmente a vida política venezuelana, introduzindo novos atores em cena. Os militares envolvidos foram julgados e considerados culpados de rebelião. Alguns foram absolvidos, outros exonerados e o restante encarcerado. Posteriormente foram indultados pelo governo de Caldera, que pretendia estender uma aliança com grupos políticos de esquerda apoiadores da revolta militar, a fim de preservar sua governabilidade. Entre os indultados se encontrava Hugo Chávez.

As razões político-econômicas subjacentes à ação dos militares revolucionários ante o quadro de crise instalada, foram os seguintes: a gestão econômica e política do presidente Pérez; as políticas neoliberais implementadas que produziam um imenso atraso social; o descontentamento

dos setores médios e baixos das forças armadas pelos malfeitos de corrupção verificados no alto comando militar; a subordinação das forças armadas a uma liderança política que consideravam incapaz e corrupta; a utilização das forças armadas, em particular o Exército e a Guarda Nacional na repressão do *caracazo*; o questionamento à posição sustentada pelo presidente Pérez nas negociações relativas à delimitação limítrofe com a Colômbia; a deterioração das condições socioeconômicas da oficialidade média e baixa e das tropas; o emprego das forças armadas em trabalhos como a distribuição de bens escolares, campanhas de vacinação e arborização etc.

Com a imagem de CAP desacreditada pelas reformas econômicas empreendidas e a explosão social do *caracazo*, outros políticos começaram a desafiar sua autoridade, pondo em xeque o sistema de governo bipartidário do *puntofijismo*.

Pérez decretou, então, a suspensão das garantias constitucionais, decreto que teria de ser discutido no Congresso Nacional no dia seguinte. Nesta sessão, Rafael Caldera rompeu com a unanimidade de apoio parlamentar ao Poder Executivo, fazendo críticas à situação do país e rejeitando a interpretação de CAP de que havia uma conspiração para assassiná-lo.

A população não manifestou apoio ao governo nem saiu às ruas para respaldar o levante como pediam os militares revoltosos. Contudo, a saudação televisiva em que Chávez anunciou sua rendição serviu para aumentar sua popularidade entre muitos venezuelanos, em especial a

população pobre que se viu afetada pelas medidas econômicas.

A ANISTIA DE RAFAEL CALDERA E A PRIMEIRA ELEIÇÃO DE HUGO CHÁVEZ

Rafael Caldera chega ao poder pela segunda vez em 1994, tendo de enfrentar a forte crise bancária que se apresentou naquele mesmo ano. A quebra e a intervenção em uma dezena de bancos culminaram com a fuga de capitais, provocando a bancarrota das empresas. Para frear a crise, Caldera deu início a uma política de privatizações, porém a grave situação econômica seria acrescida da decadência dos partidos políticos em atividade desde meados do século xx.

A partir de 1995, um ano depois do indulto que colocou Chávez e seus companheiros em liberdade, o MBR começou a preparar-se para as eleições presidenciais de 1998. Mudou sua nomenclatura para Movimento V República (MVR), abrigou militantes civis em suas fileiras e dirigiu a criação do Polo Patriótico – uma frente de todas as organizações e todos os partidos de esquerda ou nacionalistas. O chefe dos insurgentes foi eleito presidente da República no dia 6 de dezembro de 1998. Sua principal proposta de governo foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que sepultasse o sistema apodrecido. Hugo Chávez ganhou com a segunda maior porcentagem de voto popular em quatro décadas (56,2%), sucedendo a Rafael Caldera.

Semanas antes das eleições, os dois partidos tradicionais da Venezuela, Ação Democrática e Copei, retiraram apoio aos seus respectivos candidatos – Luis Alfaro Uceró e Irene Sáez respectivamente – para assim apoiar Henrique Salas Römer e evitar a vitória de Hugo Chávez. A contundente vitória de Chávez (3.673.685 votos – 56,20%) contra Römer (2.613.161 – 39,97%) marcou o fim do domínio dos partidos do *puntofijismo*.

Esta foi talvez a campanha eleitoral mais polarizada e agressiva da história do país. Todos os grandes meios de comunicação, empresários, sindicatos patronais e certos sindicatos de trabalhadores, a hierarquia da Igreja Católica, artistas e profissionais liberais e inclusive governos estrangeiros davam seu candidato Salas Römer como favorito absoluto. Já no final da campanha se travou uma verdadeira guerra de pesquisas de opinião, que davam como ganhador – e por larga margem – o candidato conservador Salas Römer.

Inicialmente estas eleições presidenciais haviam sido convocadas para o período constitucional, ou seja, o mandato compreenderia o período de fevereiro de 1999 a fevereiro de 2004. Porém, com a inclusão do Referendo Aprobatorio na reforma constitucional de 1999, o mandato presidencial foi estendido.

A primeira presidência de Hugo Chávez tem início em 2 de fevereiro de 1999. Ao tomar posse, afirmou que “esse instante era o início da recuperação de uma independência perdida em todos os aspectos”. À época, o país estava quebrado com alta dívida pública, desemprego e miséria.

“Juro perante Deus, juro perante a pátria, juro perante meu povo que, sobre esta moribunda Constituição, farei cumprir, impulsionarei as transformações democráticas necessárias para que a República nova tenha uma Carta Magna adequada aos novos tempos, juro”, proclamou o presidente enquanto tomava posse com sua mão esquerda sobre a Constituição que vigente desde 1961.

Nesse mesmo dia, em seu discurso como chefe de Estado no extinto Congresso Nacional – atual Assembleia Nacional –, Chávez ratificou que seria o povo o verdadeiro governante, enquanto a soberania venezuelana seria o maior objetivo a defender. Depois do ato de posse no Capitólio Federal, sede do Congresso da República, dirigiu-se ao Palácio de Miraflores, acompanhado de uma multidão de simpatizantes. Ali mesmo, assina o decreto de ativação do Poder Constituinte.

Em 25 de abril de 1999, cumprindo a promessa central da campanha, o povo foi chamado para decidir em referendo, se deveria convocar e eleger uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Carta Magna. A população reagiu favoravelmente: 87,75% dos eleitores manifestaram democraticamente o desejo de viver sob uma nova Constituição que substituísse a de 1961.

Em 25 de julho, após curta porém intensa campanha se realizam as eleições para os integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. O Polo Patriótico obteve 121 assentos contra apenas 7 da oposição e 3 independentes.

Em 3 de agosto, a Assembleia Constituinte inicia suas sessões, que são acompanhadas e discutidas amplamente

pela sociedade. Em 20 de novembro, conclui seus trabalhos, apresentando à nação o projeto da Constituição da Venezuela de 1999.

Em 15 de dezembro realizou-se um novo referendo para ratificar ou não a nova Constituição, no qual 71% dos votantes aprovaram a nova Constituição Bolivariana da Venezuela, com o que se deu início à Revolução Bolivariana. A partir do processo constituinte avançou-se na construção de uma estrutura de Estado muito mais robusta frente à que existia anteriormente.

ELEIÇÕES SOB A ÉGIDE DA NOVA CONSTITUIÇÃO

Aprovada a nova Carta Magna, foram convocadas eleições gerais adiantadas, realizadas em 30 de julho de 2000 para relegitimar todos os cargos de eleição popular, incluída a Presidência da República para o período 10 de janeiro de 2001 a 10 de janeiro de 2007, dado que a nova Carta Magna estabelecia que os mandatos constitucionais presidenciais começariam em 10 de janeiro e teriam duração de seis anos. Hugo Chávez, concorrendo pelo Movimento V República, obteve 3.757.773 votos – 59,76% contra Francisco Arias Cárdenas, candidato da Causa Radical com 2.359.459 votos – 37,52%; e Claudio Fermín por Encuentro, com 171.346 – 2,72%.

Quanto à Assembleia Nacional, o MVR conquistou 92 cadeiras; a AD, 33 cadeiras; o Projeto Venezuela, Copei e Mas, 6 assentos cada, de um total de 165 cadeiras. Esse evento político-eleitoral ficou conhecido como as

“megaeleições”, uma vez que foram convocadas para legitimar os cargos de eleição popular, incluindo governadores e prefeitos.

A ideia do processo de transformação tinha diversas fontes. Uma delas vinha da comparação com a experiência vivida pelo Chile durante o governo da Unidade Popular, entre 1970 e 1973. O objetivo central da estratégia de Salvador Allende e seus aliados era introduzir um conjunto de reformas econômicas e sociais, ao menos em uma primeira etapa, sem alterar a institucionalidade do Estado – sem resolver, portanto, a questão do poder. A derrota dessa política inspirou Chávez a propor um outro caminho, no qual o primeiro objetivo fosse varrer dos aparatos estatais os principais representantes políticos e militares da oligarquia, modificando a essência e o controle das instituições. Depois de solucionada a frente política, deveria ser atacada a frente econômica, para que as possibilidades de resistência da pátria petroleira estivessem suficientemente reduzidas. A esse trabalho se dedicou o novo governo em seu primeiro ano.

A Venezuela de Chávez é um festival de democracia, se por esse termo entendermos o cumprimento do rito eleitoral ou as normas que regem o exercício do poder. Um referendo em abril convocou a Constituinte. O pleito para sua composição, em julho, deu ao Polo Patriótico 121 das 131 cadeiras em disputa. Finalmente, antes da tempestade, em dezembro, confirmou-se o apoio popular à nova Carta. Os fundamentos da ordenação jurídica foram alterados. O preâmbulo da Constituição anuncia uma demo-

cracia que combina representação e intervenção direta, ou seja, participativa. A Câmara dos Deputados e o Senado foram substituídos por uma Assembleia Nacional unicameral, eliminando o peso desproporcional das oligarquias regionais na câmara alta. Os juízes de primeira instância passaram a ser escolhidos pelo voto popular. Todos os ocupantes de cargos eletivos, depois de cumprida a metade de seus mandatos, podem ser destituídos por um referendo revogatório – um processo de impeachment de baixo para cima. O presidente teria seis anos de gestão, com direito a uma reeleição. Apesar do capítulo da ordem econômica não romper com o direito à propriedade, foi reforçada a exigência de função social e implantada uma carta de direitos à saúde, educação e seguridade social. O monopólio estatal do petróleo foi transformado em cláusula pétrea.

A batalha seguinte teria lugar ainda no primeiro trimestre, quando eleições gerais indicariam, de vereador a presidente, os mandatários do novo regime. Estava encerrado o primeiro capítulo do que Chávez chamava de “revolução pacífica e democrática”. A oligarquia foi varrida dos principais comandos do Estado sem que um único tiro tivesse que ser disparado. A hora da verdade chegava para um país em que o sistema político estava sendo virado pelo avesso. No entanto, o poder dos velhos grupos econômicos continuava praticamente intacto. As mudanças atingiram a frente econômica e social, com a fundação de outro modelo de desenvolvimento. Seria uma alternativa os militares rebeldes acabarem como gerentes de uma variável recauchutada da receita aviada pelos centros financeiros

O GOLPE DE ESTADO DE 2002

mundiais? Essas eram algumas das perguntas paradas no ar, que Chávez teria de responder antes que seus adversários se recuperassem ou – o que é pior – o povo perdesse a paciência e começasse a achar que tudo não passava de mais do mesmo.

Quando Chávez assume a presidência, herda um Estado quebrado, uma economia dependente, improdutiva e desarticulada, e uma sociedade em que mais de 70% da população viviam na pobreza e haviam sido manipuladas e oprimidas pelos partidos políticos e pela oligarquia; o barril de petróleo a 8 dólares; altos níveis de desemprego e subemprego; a inflação passava de 80%; tendência decrescente dos salários reais; passos para a privatização de empresas estatais, inclusive a PDVSA, que havia começado com a venda da principal siderurgia dois anos antes e tinha em vista a venda da principal usina de alumínio. Ademais, Chávez deveria governar com uma burocracia estatal muito pesada, repleta de funcionários e empregados que mantinham sua adesão, expressa ou tácita, aos partidos tradicionais e aos valores da IV República. A rigor, esta não havia ainda morrido e a V República deveria forjar-se, embora já tinha a ata de nascimento e recém começava a caminhar.

Devido à gravidade dos problemas de toda a espécie acumulados, em paralelo às mudanças políticas prometidas, Chávez começou a enfrentar várias urgências sociais.

Decide apoiar-se em um dos principais suportes por ele concebido a fim de garantir o avanço da Revolução Bolivariana: as forças armadas. Para tanto, criou o Plano Bolívar 2000, em diversas fases, n qual envolveu mais de 115 mil militares e dezenas de milhares de civis, contratados e voluntários.

O Plano Bolívar começa a construir escolas e habitações, a reparar hospitais e vias públicas, a oferecer serviços médicos, a alfabetizar jovens e adultos, a promover atividades esportivas e de formação profissional, este último com o fim de gerar empregos e criar novas microempresas. O objetivo era gerar benefícios rápidos às pessoas mais necessitadas, aproveitar a força das instituições castrenses – disciplina, organização, meios materiais e humanos – e utilizar com o máximo de eficiência os escassos recursos do Estado, vincular a força armada aos humildes e acelerar a aliança cívico-militar.

O novo governo adotou também outras decisões de ampla repercussão e baixo custo, como a eliminação da cobrança da matrícula escolar, o que permitiria incorporar mais de meio milhão de crianças e a instauração paulatina de dois períodos escolares, com refeição incluída.

O pacote de programas econômicos e sociais de maior alcance dependia em boa medida do ingresso petrolero e de conseguir uma reinserção global da Venezuela. Chávez propõe-se de imediato a priorizar os vínculos com a Organização de Países Produtores de Petróleo (OPEP), a fim de recuperar o papel do país na regulação dos preços mundiais dos hidrocarbonetos e, ao mesmo tempo, lograr

uma readequação da Venezuela no cenário internacional, muito condicionado à época pelo poder unilateral dos Estados Unidos.

Chávez viaja então a todos os países da OPEP e em poucos meses concilia as posições confrontadas de vários de seus membros, conseguindo que se celebre em Caracas, em setembro de 2000, uma cúpula da OPEP, a segunda desde a sua fundação mais de vinte anos antes. Em 2001 o preço do petróleo inicia uma tendência de alta, devido em primeiro lugar aos acordos daquele conclave e, depois, outros fatores do mercado acabam influenciando. O mais importante: a OPEP começa a afastar-se do controle que os Estados Unidos haviam estabelecido sobre o grupo nos dez anos anteriores.

Durante os primeiros três anos de mandato, Chávez incrementou com sucesso sua presença no cenário internacional ao lado da incontestável liderança interna, em especial entre as camadas pobres e entre a esmagadora maioria dos militares. Graças aos incessantes e fecundos contatos diretos com o povo civil e uniformizado e a sua brilhante utilização dos meios de comunicação, Chávez exerceu influência decisiva na consciência política da base popular da revolução e na consolidação de sua ideia estratégica de conseguir a aliança cívico-militar, como suporte essencial às mudanças revolucionárias.

Todo o avanço da Revolução Bolivariana nesse período teve de ser feito contra a maré de uma descomunal campanha dos meios de comunicação privados. De maneira esmagadora, eles se puseram a serviço dos interesses

da oligarquia, de que as grandes empresas de mídia fazem parte, dos Estados Unidos e de outros adversários extremados da revolução, como o governo reacionário espanhol de José María Aznar.

Ante o desprestígio, a desagregação e o esfacelamento dos partidos políticos tradicionais, vencidos uma e outra vez nas urnas e na confrontação de ideias, os meios de comunicação assumiram o papel de oposição política e desencadearam um tenaz ataque ideológico ao projeto bolivariano. Começaram desde 2 de fevereiro de 1999 com o boicote à Constituinte, depois se opuseram à aprovação da nova Constituição e de imediato a todas as medidas encaminhadas para sua implementação. Sem qualquer pudor, valeram-se de grosseiros artifícios da Guerra Fria e campanhas caluniosas de caráter fascista. Alardeavam que Chávez queria “cubanizar” a Venezuela, baseando-se na imagem falsa do socialismo na ilha, ao que davam por fracassado e o pintavam como a antítese da democracia, da liberdade, da felicidade e até do “reino de Deus”.

Chávez herdou um país polarizado até os ossos: uma polarização estrutural que provocava contrastes extremos entre miséria e riqueza, uma injusta distribuição da renda petroleira e uma infinidade de paradoxos na vida social, política e cultural. E quando empreendeu ações para atenuar e reverter tais contrastes, os causadores seculares desencadearam suas forças e engendraram mais divisão, agora na cena política, entre dois polos da população. Pretendiam retomar, seja por que meio fosse, os mecanismos de poder que lhes permitiram sustentar por séculos essa

sociedade de disparidades e injustiças. Surge então uma disputa singular entre os poucos setores que se aferravam ao passado e a esperança no futuro de muitos, fundada na relação de confiança entre o povo pobre e a liderança que se firmava.

A hierarquia da Igreja Católica foi outro dos veículos que veio ao campo político para suprir o vazio dos partidos. De maneira agressiva e sem pudor, seus principais dirigentes o cardeal Ignacio Velazco e o presidente da Conferência Episcopal, Baltazar Porras, tornaram-se personagens da contrarrevolução, somando-se a quase todas as campanhas contra o governo e o presidente Chávez. A exemplo dos donos dos principais veículos de comunicação, a partir do segundo semestre de 2001 esses hierarcas católicos começaram a conspirar para derrubar o presidente Chávez por um golpe de Estado. Outras duas instituições que logo se alinharam ao projeto contrarrevolucionário foram a organização empresarial Federação de Câmaras da Venezuela (Fedecâmaras) e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), uma máfia sindical controlada pelos partidos AD e Copei.

Chávez respondia a todos os ataques de seus inimigos – meios de comunicação, Igreja, Fedecamaras, CTV, partidos, gerentes da PDVSA e adversários internacionais. Encarou-os sempre de maneira resoluta e apoiando-se na Constituição, no pensamento bolivariano, nos preceitos autenticamente cristãos e em ideias e valores favoráveis ao progresso, à igualdade e à justiça. Seu programa dominical “Alô, Presidente” servia como a mesa do debate nacional

e poucas vezes teve de atuar na defensiva até dezembro de 2001. Por outro lado, o processo ascendente de luta de classes, que desembocaria em abril de 2002, foi depurando a composição de forças da aliança que havia levado Chávez ao triunfo eleitoral em 1998. As mais notórias deserções foram primeiro o Movimento ao Socialismo e depois Luis Miquilena, tido como mentor político de Chávez nos primórdios, com seus seguidores na Assembleia Nacional, no Tribunal Supremo e em outras instituições.

O governo de Washington estimulou e respaldou a oposição diplomática, financeira e politicamente além de exercer pressões diretas sobre o presidente. Chávez não cedeu em suas posições essenciais, tampouco aceitou as prebendas da oligarquia venezuelana que tratou de cooptá-lo como havia feito com outros mandatários. O líder bolivariano não cessou de buscar variantes para impulsionar a revolução.

Por meio da Lei Habilitante de novembro de 2001, que lhe concedia faculdades legislativas, aprovou 49 leis, fato que gerou enorme irritação e preocupação nas camadas ricas e na Casa Branca. Em particular, os incomodam três leis: Terras e Desenvolvimento Agrário; Pesca e Aquicultura, e a de combustíveis. Esta última foi objeto de especial rejeição por parte das transnacionais petroleiras, do setor privado petroleiro nacional e da alta direção da PDVSA.

Setembro de 2001 foi um mês chave. O então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, lança sua cruzada reacionária, sob pretexto de combater o terrorismo.

Chávez era um dos inimigos a eliminar, por várias razões: suas posições impediam que os Estados Unidos pudessem apropriar-se ou ao menos controlar o petróleo venezuelano. Era um mau exemplo para outras nações da região ao desenvolver um processo antineoliberal, democrático e pacífico, legitimado pela Constituição, sete anos eleitorais e um amplo apoio popular. Ademais, Chávez tinha um atributo perigoso para o tradicional domínio hemisférico de Washington: sua incontestável liderança nas forças armadas e a criação exitosa de uma aliança cívico-militar, o que garantia que a revolução fosse pacífica, mas não desarmada, apesar de que nessa etapa a instituição militar já tivesse vários traidores, como ficou demonstrado em abril de 2002.

Ante a conjuntura da política imperial, os dirigentes da oposição, que apostavam na derrubada inconstitucional de Chávez, vislumbraram a oportunidade de avançar. Intensificaram-se os contatos entre os dirigentes civis golpistas, entre eles os principais chefes da Igreja e alguns generais insurgentes..

OS ACONTECIMENTOS DE 11 DE ABRIL

Ao longo de fevereiro de 2002, de maneira sincronizada, sobem o tom e se incrementam as declarações de altos funcionários do governo dos Estados Unidos. Os porta-vozes de Washington passam a estimular o golpe em preparação. Colin Powell, secretário de Estado, põe em dúvida que Chávez seja um democrata enquanto George Tenet, diretor da CIA, expressa: “a insatisfação interna

com a Revolução Bolivariana do presidente Chávez está crescendo, as condições econômicas se deterioraram com a queda dos preços do petróleo e a atmosfera de crise provavelmente vai piorar”.

Nesse mesmo mês, Chávez mudou a alta direção da PDVSA por gerentes indicados pelo governo. Na opinião da oposição, dos empresários e de parte dos empregados da petroleira, Chávez violentou com essas mudanças uma longa tradição de “meritocracia”. Na opinião do governo, isso foi necessário para reativar o motor e manter a coluna vertebral da economia venezuelana. Durante mais de três meses as exportações vinham declinando, criava-se um enorme *déficit* e aumento da inflação. O governo teve de importar gasolina para cobrir o consumo interno, e milhares de pessoas tiveram de se postar em longas filas para poder encher o tanque de seus veículos.

A mudança na direção da PDVSA, os pacotes legislativos decretados por Chávez e a persistência da crise econômica e social induziram um grupo de organizações sindicais como a CTV, empresários, a hierarquia da Igreja Católica, alguns partidos políticos e os canais privados de televisão a que em 9 de abril, por meio da Fedecámaras e da CTV, convocassem outra greve geral, desta vez de caráter indefinido, a fim de forçar a renúncia de Chávez.

Em 11 de abril, o terceiro dia da greve, os protestos se converteram em conflitos e uma marcha contra o governo foi desviada de seu trajeto em direção ao palácio presidencial de Miraflores. Diante dos acontecimentos, o presidente Chávez ordenou que os militares ativassem o

“Plano Ávila” e a emissora oficial Venezuelana de Televisión começou a transmitir chamados a todos os simpatizantes do chavismo que saíssem às ruas para “defender a revolução”. Quando a marcha opositora se acercou de Miraflores, deparou-se com uma concentração de apoio ao governo e efetivos militares. Ocorreram então enfrentamentos armados entre a Polícia Metropolitana, o exército e grupos armados que produziram vários mortos e feridos. A presença de franco-atiradores e a repressão da Polícia Metropolitana deixaram 19 mortos e centenas de feridos, tanto opositores como partidários do governo.

No calor dos acontecimentos, o presidente convoca uma cadeia nacional de rádio e televisão em que conclamou a população à calma. Por sua parte, os meios de comunicação decidiram, com o fim de insuflar a opinião pública, dividir a tela, mostrando simultaneamente os tiroteios que ocorriam em Caracas e a marcha. De imediato, líderes da oposição, empresários e setores políticos e sociais acusaram o governo de ter planejado as ações violentas.

Na madrugada de 12 de abril, o Alto Comando Militar anunciou por intermédio do general Lucas Rincón, que haviam solicitado a renúncia a Chávez e que este havia aceitado. No entanto, jamais foram apresentadas provas que respaldassem as declarações do general. O governo argumentaria mais tarde que a renúncia jamais existiu, uma vez que nenhum documento foi assinado, e se houvesse tal documento, ele seria ilegal, visto que obtido sob pressão militar, além do que em caso de renúncia deveria assumir o vice-presidente, conforme estabelecido na Constituição.

Às 12h38, em meio à natural confusão e nervosismo no palácio presidencial, ocorre um fato inusitado. Um assessor chega a Chávez e anuncia ansioso: “Presidente, há uma chamada do comandante Fidel Castro”. Chávez pega o telefone de imediato. Fidel queria saber da situação.

Chávez – Aqui estamos no palácio, entrincheirados. Perdemos a força militar que podia decidir. Nos tiraram o sinal de televisão. Estou sem tropas que mobilizar e analisando a situação...

Fidel – Que forças você tem aí?

Chávez – De duzentos a trezentos homens muito esgotados.

Fidel – Tanques, você tem?

Chávez – Não, havia tanques, mas foram recolhidos aos quartéis.

Fidel – Com que outras forças você conta?

Chávez – Há outras, mas estão distantes, porém não tenho como comunicar-me com elas (possivelmente, ele se referia ao general Baduel e aos paraquedistas, à divisão blindada de Maracaibo e às demais forças leais.)

Fidel – Me permite expressar uma opinião?

Chávez – Sim.

Fidel – Imponha as condições para um acordo honroso e digno e preserve a vida dos homens que tem, que são os homens mais leais... Não os sacrifique nem te sacrifique a ti.

Chávez – Estão dispostos a morrer todos aqui.

Fidel – Sei bem, porém acredito que possa pensar com a serenidade possível neste momento. Não renuncie, exija

condições honrosas e garantias de que não seja vítima de uma felonía, porque penso que debes preservar-te. Além do mais, tens um dever com teus companheiros. Não te imoles.

O diálogo se estendeu por outros temas. Fidel disse a Chávez que o melhor a fazer seria sair provisoriamente do país, comunicar-se com algum oficial que tivesse realmente autoridade nas fileiras golpistas, expor sua disposição de sair do país, mas nunca renunciar. Chávez pensa por alguns segundos e finalmente aceita a sugestão de Fidel.

Pouco depois, Chávez foi detido e trasladado ao Forte Tiuna. Nesse mesmo dia Pedro Carmona, presidente da Fedecamaras foi empossado presidente interino, totalmente à margem do que previa a Constituição. Seu primeiro ato foi a dissolução da Assembleia Nacional, do Tribunal Supremo de Justiça, do Conselho Nacional Eleitoral, a deposição de todos os governadores, prefeitos e vereadores, a remoção do Procurador-Geral, da Controladoria e do Defensor do Povo, de todos os embaixadores, cônsules e missões diplomáticas permanentes, bem como a revogação das 48 Leis Habilitantes, chegando ao cúmulo de restabelecer o nome de República da Venezuela, tirando-lhe a condição de Bolivariana.

O documento que registrou a posse de Carmona recebeu o nome oficial de Ata de Constituição do Governo de Transição Democrática e Unidade Nacional e foi firmado por cerca de 400 pessoas presentes no Palácio de Miraflores em 12 de abril de 2002.

A grande imprensa internacional e os governos dos Estados Unidos e da Espanha deram aval ao novo governo de fato e saudaram a derrocada de Chávez. Desde a madrugada de 13 de abril, os órgãos repressivos da nascente ditadura começam a agir, em especial a Disip (Divisão dos Serviços de Inteligência e Previsão) e a Polícia Técnica Judicial (PTJ), assim como a Polícia Metropolitana e as polícias municipais do leste da Caracas. Dezenas de casas de famílias de parlamentares, líderes políticos vinculados ao Partido V República e ao governo são invadidas e centenas de pessoas, presas e agredidas. Mais de trinta delas são executadas por distintos corpos policiais comandados pelos golpistas. O espaço diante da sede da embaixada de Cuba foi ocupado por grupos antichavistas extremistas, que praticam atos de vandalismo e intimidaram funcionários e diplomatas, inclusive tentando invadir o prédio..

Na madrugada de 13 de abril, Chávez foi trasladado do Forte Tiuna para a base naval de Turiamo, localizada na ilha La Orchila, onde escreveu uma nota que indicava que não havia renunciado “ao poder legítimo que o povo me deu”. Naquele mesmo dia, dezenas de milhares de populares saíram de suas casas, desceram os morros e se concentram em frente ao Palácio de Miraflores e ao quartel de Tiuna, exigindo o imediato retorno de Chávez à presidência. A pressão e a ira popular foram tamanhas que animaram os membros leais da Guarda Presidencial a rodear o palácio, conseguindo desse modo expulsar Carmona e todos os seus seguidores e obrigá-los a fugir às pressas. Horas depois o vice-presidente Diosdado Cabello foi recebido no

palácio e investido como presidente provisório da República a fim de evitar o vazio de poder.

A resistência popular estimulou o general Isaías Baduel, comandante das tropas paraquedistas em Maracay que se opunha ao golpe, a buscar ativamente um modo de restaurar Chávez no poder. Ao mesmo tempo, a primeira decisão de Cabello foi ordenar o resgate de Chávez da prisão militar da ilha de Orchila. Na ilha, o cardeal Ignacio Velasco propôs a Chávez que firmasse um documento de renúncia, o que foi prontamente recusado. E o próprio Chávez habilmente conseguiu que os soldados que o mantinham sob vigilância não lhe fizessem nenhum mal. Horas depois, quatro helicópteros da divisão aerotransportada com um comando de elite a bordo o resgataram e o conduziram a Caracas, já na madrugada de 14 de abril.

Recebido apoteoticamente, pronunciou ao retomar o poder um discurso pedindo reconciliação geral e que a multidão voltasse com tranquilidade às suas casas. Muitos consideraram esse pedido um erro estratégico que alimentou a nova investida da oligarquia.

O LOCAUTE PETROLEIRO DE DEZEMBRO 2002 A FEVEREIRO DE 2003

Depois do retorno do presidente Chávez ao poder, a instabilidade não cessou, apesar de o presidente ter proposto e concordado em iniciar conversações com a oposição, sob a mediação da OEA. Apesar da medida concreta do governo em restituir aos seus postos os trabalhadores

petroleiros despedidos, semanas depois foram retomados os protestos da oposição.

Em meados de 2002, um grupo de militares da ativa e da reserva que estiveram implicados no golpe de abril se manifestou contra o governo na Praça Altamira, em Caracas. Era um levante não armado. Dia após dia mais militares se uniam ao protesto até alcançar uns 120 oficiais. O governo decidiu não reprimir nem sufocar o protesto, e as emissoras privadas como Globovisión, Venevisión, RCTV e Televen davam-lhes cobertura de quase 24 horas diárias. O movimento foi apoiado por milhares de simpatizantes, por políticos da oposição e até por celebridades que mantinham a praça cheia o tempo todo.

Sucederam-se manifestações que desembocaram em violentos enfrentamentos quase cotidianos entre chavistas e antichavistas nas principais cidades do país, com destaque para Caracas. O ambiente se radicalizava bastante. Se o objetivo inicial da oposição era pressionar o presidente Chávez para que substituísse sua política econômica de caráter socialista por uma mais inclinada ao livre-mercado, a renúncia dele e de todo o gabinete passava a ser o objetivo central de seus oponentes, ante “as desastrosas consequências econômicas derivadas de uma ação de tal magnitude”.

Os que exigiam a renúncia não eram os trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho ou benefícios laborais. Pelo contrário, era o grêmio empresarial Fedecamaras, bem como boa parte dos empregados da PDVSA, em especial, os de funções de direção e gerência, e a Coor-

denadora Democrática, entidade em que se aninhavam os partidos de oposição.

Na segunda-feira, 2 de dezembro de 2002, forças da oposição deram início a uma ação política chamada “paralisação cívica nacional”, convocada com a finalidade explícita de derrubar o presidente. Já em 4 de dezembro, os canais de televisão e rádio passaram a transmitir a notícia da paralisação de um navio-tanque petroleiro, o Pilin León, num canal de navegação do lago de Maracaibo. As imagens mostravam como a tripulação desse barco apoiava e participava da ação opositora. O navio permaneceu atracado e sob controle da tripulação insubordinada durante 17 dias, convertendo-se na expressão mais clara da ligação de diretores, gerentes e empregados da velha PDVSA com a ação de protesto que nitidamente se havia convertido em ação de sabotagem.

Dali em diante, dirigentes do sindicato petroleiro que tinham promovido a paralisação da indústria, com a Fedecámaras e a CTV, a principal central sindical de trabalhadores, passaram a exercer o papel de porta-vozes e instigadores desta ação insurrecional. Tal como havia ocorrido durante o golpe de Estado de abril, a oposição conseguiu o insólito apoio da entidade patronal e dos trabalhadores para cometer novamente atos ilegais e de vandalismo contra o governo. Acreditavam que, depois do fracasso do golpe político, a desestabilização da principal fonte de ingressos de divisas – a indústria petroleira – terminaria por asfixiar o governo bolivariano, forçando a renúncia do presidente Chávez.

O episódio Pilin León demonstrou que a estratégia se baseava na paralisação do setor petrolero nacional. Acompanharam a tripulação do Pilin León os dos demais navios-tanques da PDV Marina, gerentes e operadores de refinarias, empregados e trabalhadores dos campos de exploração, profissionais e técnicos das áreas de informática, terceirizados de transporte de combustíveis e derivados, em suma, pessoal de distintas áreas com real capacidade de perturbar seriamente o normal funcionamento da PDVSA.

As ações de sabotagem petrolera restringiram, entre muitas outras atividades, a produção de combustível aeronáutico, gasolina, gasoil, diesel, assim como o transporte dos produtos dos centros de produção ou refinação até os centros de fornecimento comercial.

Durante o mês de dezembro de 2002 e os primeiros meses de 2003, a sabotagem petrolera promovida por setores antinacionais trouxe como consequência uma diminuição abrupta das principais atividades econômicas do país com graves consequências tanto para a PDVSA como para a sociedade venezuelana.

A paralisação foi se debilitando com o passar dos dias. A oposição começou a se dar conta de que não conseguia alcançar seus objetivos porque o governo Chávez não se deixou encurralar. Em 21 de dezembro o governo recupera o navio-tanque Pilin León, conduzindo-o a porto seguro pelo canal de navegação do lago de Maracaibo e por debaixo da ponte Rafael Urdaneta. Dias depois, a embarcação voltou à atividade, levando óleo cru às refinarias. Era o primeiro passo para retomar o controle da PDVSA.

Em janeiro de 2003, com o apoio de empregados que não aderiram à paralisação, de simpatizantes que se reuniam nos arredores das refinarias e de transportadores que abasteciam seus caminhões-tanque para levar o combustível aos postos de gasolina, o governo conseguiu aos poucos recuperar o controle da PDVSA.

Os empresários, de seu lado, começaram a abrir seus negócios e estabelecimentos comerciais, ignorando as federações que os representavam e adotando medidas que lhes permitissem enfrentar a crise criada pelo locaute. Outras empresas e casas comerciais não suportaram a crise e cerraram suas portas, deixando milhares de desempregados ao relento. Os meios de comunicação também tomaram medidas similares, despedindo muitos jornalistas.

O projeto de provocar um “golpe de Estado petrolero” foi abandonado em 3 de fevereiro de 2003, depois de dois meses de duração, embora a PDVSA se encontrasse já parcialmente operativa desde meados de janeiro.

A paralisação foi uma das greves – locaute na verdade – de maior duração da história. Os setores partidários de Chávez denominaram os acontecimentos como “sabotagem petrolera” ou “golpe petrolero”, enquanto a oposição os chamava de “paralisação cívica nacional”.

A sabotagem trouxe como consequência uma diminuição abrupta das principais atividades econômicas do país e sequelas tanto para a corporação como para a sociedade em geral. Foi considerada, outrossim, como locaute: em muitas empresas, fábricas e lojas os trabalhadores

queriam continuar trabalhando, mas foram os donos que tomaram a decisão de interromper as atividades.

Para a população os efeitos foram nefastos. Houve escassez de alimentos e gasolina durante e depois da paralisação e muitas empresas pequenas e médias quebraram porque dependiam das empresas agrupadas na Fedecámaras para realizar suas atividades. Os índices de desemprego e comércio informal aumentaram dramaticamente.

A oposição bloqueou ruas, avenidas e vias expressas em Caracas, Valência e em todo o país em geral. Em vários locais, como nos bairros de classe média de Caracas, houve confronto violento entre opositores que queriam trancar as ruas e os moradores que viviam em bairros adjacentes e queriam circular livremente.

Os grandes centros comerciais fecharam, as universidades suspenderam as aulas, os principais espetáculos, como o beisebol, esporte favorito, estavam suspensos, as celebrações típicas do fim de ano eram escassas num país de forte tradição natalina, devido ao fato de que muita gente não havia recebido a bonificação de Natal.

O locaute trouxe consigo, além do mais, repercussões ainda mais graves sobre a população: os postos de gasolina ficaram quase sem combustível e era comum ver longas filas que os meios de comunicação privados mostravam constantemente para fazer crer que a paralisação era um sucesso.

A situação também se tornou crítica nos bairros populares em que se dependia dos bujões de gás para cozinhar. Era muito comum em diversos lugares do interior do

país ver famílias cozinhando com lenha, móveis velhos e outros materiais inflamáveis.

Os empregados da PDVSA que participaram da sabotagem foram despedidos. A estatal passou a ser uma entidade sob o controle e a tutela do Ministério de Energia e Petróleo, passando por uma completa reestruturação que permitiu apoiar e financiar diretamente vários programas educativos e sociais. De igual modo, a empresa se abriu mais para incluir como fornecedoras cooperativas e pequenas e médias empresas.

Os contratempos e privações a que o povo venezuelano foi submetido entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 foram incalculáveis: o desemprego no segundo trimestre de 2003 se situou em 23%. O país deixou de receber ingressos na ordem de 15 bilhões de dólares ao suspender a venda de mais de 3 milhões de barris/dia durante 60 dias.

O PIB do país caiu 15,8% durante o quarto trimestre de 2002 e de 24,9% durante o primeiro trimestre de 2003. No setor petrolífero em específico, a queda foi de 25,9% e 39,3%, respectivamente.

Registrou-se igualmente uma contração no montante das Reservas Internacionais em Divisas e do Fundo para a Estabilização Macroeconômica, o que obrigou o Banco Central da Venezuela a decretar medidas para estabelecer um controle do câmbio com o fim de atenuar os efeitos negativos sobre a economia.

Em 6 de dezembro de 2002, uma nova nova ação, destinada a exasperar os ânimos e provocar uma reação ar-

mada contra o governo, é lançada. Um provocador, identificado como Joao Gouveia, alvejou a tiros uma multidão presente na Praça Altamira em Caracas, causando a morte de três pessoas e ferimentos em muitas outras.

O fato de os quatro canais de televisão privados terem dedicado toda a noite para exibir as repulsivas imagens do atentado e os gritos dos presentes responsabilizando o governo pelo sucedido indica que o objetivo era instigar a reação irada do povo. No entanto, apoiadores do presidente Hugo Chávez cercaram a sede dos quatro canais, exigindo que parassem com essa linha de agitação informativa.

Sem oferecer tréguas a oposição tentou, então, realizar um referendo não vinculante para pedir a saída do presidente e em 2 de fevereiro de 2003, iniciou uma jornada de coleta de assinaturas. Não teve êxito, porque não recolheu suficientes assinaturas válidas. Além disso, de acordo com a Constituição, o pleito deveria ser levado a cabo somente em meados do ano, mas a oposição não estava disposta a esperar.

À medida que a paralisação se debilitava, a Coordenadora Democrática convocou uma greve, que foi acatada apenas por um pequeno setor da educação privada. Esta manifestação também fracassou.

Carlos Ortega e Carlos Fernández, presidentes da CTV e da Fedecámaras respectivamente, foram imputados como responsáveis de delitos de traição à pátria e rebelião civil. O primeiro regressou clandestinamente à Venezuela e foi preso em fevereiro de 2005, sendo sentenciado a 16 anos de reclusão. Conseguiu evadir-se em agosto de 2006 e seu paradeiro continuou desconhecido.

Historicamente, pairava no ar uma instigante dúvida: por que tantos gerentes, executivos e empregados da PDVSA chegaram a adotar uma atitude sabotadora contra sua própria corporação? Por que puseram em risco o futuro de suas prósperas carreiras profissionais, além de propiciar ações que tanto custaram ao país?

A causa fundamental do conflito entre gerentes e executivos da PDVSA com o governo Chávez, expressado em parte pelo golpe de Estado de abril de 2002 e por outra pela sabotagem petroleira de dezembro deste ano e janeiro de 2003, foi a reforma petroleira. A nova política buscava redirecionar a empresa que se convertera virtualmente em um Estado dentro do Estado e que havia escamoteado do povo, valendo-se de sua enorme capacidade e potencial econômico, o rendimento de sua riqueza natural que era propriedade da nação. A PDVSA funcionava na prática como uma empresa privada, dirigida por uma “meritocracia” – na verdade uma elite privilegiada e desconectada dos interesses nacionais. Tinha níveis tão altos de autonomia em relação ao Estado que era capaz de definir o rumo da política petroleira e empreendia iniciativas próprias em que se priorizavam os interesses da companhia, relegando-se os interesses do restante da sociedade.

Sob o argumento da necessidade de recuperar níveis satisfatórios de reservas provadas, permitiu-se que a PDVSA não pagasse dividendos ao seu único acionista, o Estado, durante anos. Somente a aguda crise econômica de 1994 obrigou o governo de então a reclamar, pela primeira vez, o pagamento dos dividendos. Diversos mecanismos

desenhados e aperfeiçoados a fim de garantir uma adequada participação do fisco nos ingressos do negócio petrolífero foram se desmantelando. Volumosos investimentos no exterior, com escasso controle do Executivo, elevaram os custos em demasia, reduzindo significativamente o aporte tributário.

Durante a IV República se havia avançado a um regime fiscal mais liberal em que o conceito de propriedade nacional e soberana do recurso tendeu a debilitar-se e, com isto, o direito do Estado de reclamar parte importante da renda como justa compensação, em particular por ser o acionista principal.

As mudanças na PDVSA ocuparam um lugar central na aguda confrontação política. Nas poucas 48 horas do golpe de Estado, o governo interino não chegou a nomear um gabinete completo, mas o presidente da PDVSA foi imediatamente designado, o general Guaicaipuro Lameda, que havia sido removido do cargo em fevereiro por se opor a Lei de Hidrocarbonetos. Ademais, durante aquelas mesmas escassas horas essa lei foi derogada.

A ação golpista no seio da companhia foi derrotada graças ao esforço dos trabalhadores braçais que se mantiveram ativos, à reincorporação de pessoal já aposentado e à mobilização de forças populares e militares em defesa de uma empresa vital para o futuro de uma nação independente.

A derrota do locaute petrolífero permitiu a reorganização da nova PDVSA. A participação ativa da corporação desde o fim da paralisação apontou claramente como alavanca essencial no desenvolvimento das políticas públicas

no campo social. Os impostos e as regalias foram modificados a fim de otimizar os ingressos ao fisco nacional. Contudo, era mais que evidente que essas mudanças na legislação nacional golpeavam duramente os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos em relação à Venezuela, quinto maior produtor de petróleo e detentor das maiores reservas de óleo comprovadas do planeta.

OS ANOS 2003-2012: DO REFERENDO REVOGATÓRIO À MORTE DE HUGO CHÁVEZ

Durante o restante de 2003, a oposição prosseguiu com suas marchas, distúrbios e *cacerolazos* promovidos pela Coordenadora Democrática, os canais de televisão, a patronal Fedecámaras e seus empresários, além da CTV e da Igreja Católica, a fim de forçar a renúncia de Chávez.

Finalmente, diante da incapacidade de derrotar o presidente por meios violentos, a oposição aceitou a opção do referendo revogatório, contemplado na Constituição Bolivariana.

Depois de debates e questionamentos mútuos, em maio de 2004 a oposição conseguiu reunir 2.436.830 assinaturas, montante suficiente para se convocar o referendo que o Conselho Nacional Eleitoral fixou para 15 de agosto de 2004. No referendo que a oposição chamou de revogatório e os chavistas de ratificatório, foram escrutados 9.789.637 votos de um padrão eleitoral de pouco mais de 14 milhões.

Tampouco pela via eleitoral a oposição logrou derrotar o presidente, porquanto o “Não”, ou seja, o voto

contra a destituição do presidente, alcançou 5.800.629 votos – 59,1% –, enquanto o “Sim” recebeu 3.989.008 sufrágios – 40,64%.

EM DIREÇÃO AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

O ano de 2005 foi marcado pelo salto na direção da construção do chamado “socialismo do século XXI”, em que a gestão do presidente Chávez conseguiu expandir os programas sociais. Esses programas maciços contribuíram para o nascimento de uma nova institucionalidade e para a concepção de visão social que fundamentaria o processo revolucionário, uma vez que conformam estruturas emergentes que tornariam viável uma mudança institucional.

Com a finalidade de romper com os padrões tradicionais da economia mundial, a gestão de Chávez fez que a Venezuela começasse a caminhar de maneira autônoma e independente do FMI e do Banco Mundial.

Nesse sentido, passou a ser realidade a proposta idealizada e impulsionada pelo presidente Chávez: nasce a Alternativa Bolivariana para a América (Alba), promovendo a união dos povos para se contrapor aos possíveis efeitos do tratado da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). Outro aspecto que representou um avanço fundamental para o país foi o início do processo de ingresso no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a aceleração de medidas que levaram o PIB a crescer 9,4% em 2005, marcando nove trimestres consecutivos de crescimento econômico sustentado. Igualmente se incrementou a produção de ferro,

alumínio e aço, batendo recordes históricos; também se expandiram a produção agrícola em diversos itens, o comércio e o investimento internacional. A inflação fechou em 14,4% naquele ano.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006

Vencido o período constitucional de seis anos, o Poder Eleitoral convocou novas eleições para 3 de dezembro de 2006. Setores da oposição chegaram à conclusão de que era impossível vencer Chávez nas urnas sem não tivessem um candidato único. Decidiram realizar prévias eleitorais convocadas para agosto a fim de escolher um só nome. Essa eleição primária jamais se realizou.

Foi Manuel Rosales, governador do estado de Zulia, candidato pelo partido Um Novo Tempo, o escolhido a dedo para representar a oposição. Entre seus antecedentes políticos figurava sua assinatura em nome de todos os governadores de oposição em apoio ao decreto que havia nomeado Pedro Estanga, como presidente interino após o golpe de 2002. Rosales justificou-se afirmando que “havia assinado num momento de confusão” e que o fez “com a melhor das intenções pelo bem-estar do país”.

A vitória de Chávez foi contundente: recebeu 7.309.080 votos – 62,85 % contra os 4.292.466 – 36,91 % – que sufragaram Manuel Rosales. Anos depois, em abril de 2009, Rosales foi formalmente acusado de enriquecimento ilícito durante sua gestão como governador de Zulia, mas não chegou a ser julgado, devido sua fuga para

o Peru, onde solicitou asilo. Voltou à Venezuela depois de anos, foi preso e hoje goza de prisão domiciliar.

O ano de 2006 trouxe uma nova oportunidade para ratificar tanto a legitimidade democrática como o prolongamento do Projeto Simón Bolívar 2000 por meio da participação popular. Com o objetivo de fortalecer a soberania econômica da Venezuela e dirigir os ingressos petrolíferos para o incremento dos programas sociais, a PDVSA investiu, nos marcos do Plano Semeadura Petrolífera, cerca de 6 bilhões de dólares para o desenvolvimento do Projeto Delta Caribe e da infraestrutura do gasoduto transoceânico (Colômbia-Panamá-Venezuela), bem como para o desenvolvimento do subprojeto Magna Reserva, dirigido ao tratamento da Faixa Petrolífera do Orinoco.

A fim de superar os entraves localizados no seio da administração pública e organizações políticas no processo de consolidação do socialismo bolivariano, o presidente Chávez apresentou a proposta de revisão, retificação e revitalização dos programas e projetos do governo bolivariano, em prol da consolidação do modelo de sociedade que enaltece os valores de justiça social e solidariedade, próprios do socialismo. Considerou que “os três R” deveriam ser aplicados no campo social, na moral, nos governos locais, regionais, na política internacional e nos procedimentos burocráticos.

Durante várias edições do programa de rádio “Alô Presidente”, conclamou os setores que se contrapunham ao seu governo para trabalhar junto com ele – sobretudo a classe média, que ele considerava inclinada à oligarquia

venezuelana, e se incorporarem à revolução. Convocou os pequenos e médios empresários e até os grandes produtores a trabalhar pelo país.

O REFERENDO QUE CHÁVEZ PERDEU

Em 2 de dezembro de 2007, a reforma da Constituição proposta por Chávez foi submetida ao veredito popular, num referendo acompanhado por observadores de 39 países. O conjunto da reforma constitucional foi votado em dois blocos “A” e “B”. O primeiro bloco incluía alterações em 46 artigos que foram julgados em conjunto, cabendo aos eleitores responder “Sim” ou “Não”. O mesmo procedimento foi aplicado para o bloco “B”, que propunha modificações em 23 artigos, os eleitores puderam decidir, votando “Sim” ou “Não” para o conjunto das propostas.

Após uma agitada campanha o povo venezuelano, soberamente, rejeitou todas as alterações apresentadas. O comparecimento às urnas foi de 55,1%. A proposta de Reforma Constitucional de 2007 foi a primeira e única derrota eleitoral sofrida pelo presidente Chávez.

De maneira pouco planejada, o governo tentou aproveitar o elevado índice de popularidade do projeto bolivariano para queimar etapas. Propôs a modificação de 69 dos 350 artigos da Carta Magna de 1999. Manifestaram-se contra a iniciativa 50,7% dos votantes contra 49,3%, uma diferença de menos de 125 mil votos em um universo de quase 17 milhões de aptos a votar.

A oposição, apoiada pelos grandes meios de comunicação e por Washington, relacionou sua magra vitória no referendo a um suposto rechaço a Chávez. É possível supor que cerca de 3 milhões de partidários de Chávez simplesmente não associaram a Reforma com o presidente e por essa razão não foram votar. Chávez reconheceu a vitória de seus opositores e os cumprimentou publicamente:

Saúdo os meus adversários por esta vitória. De coração digo a vocês que por horas estive em um dilema. Saí do dilema e já estou tranquilo, espero que os venezuelanos também. Deste momento em diante, vamos manter a calma. (...) Não há ditadura aqui (...).

REFERENDO ABRE A POSSIBILIDADE DE REELEIÇÃO INDEFINIDA

Nas eleições estaduais e municipais de 23 de novembro de 2008, a oposição ganhou em Nueva Esparta (Ilha Margarita) e Zulia, além de ter conquistado os importantes estados Miranda, Carabobo e Táchira (os últimos dois por uma margem muito pequena de votos), assim como a prefeitura de Caracas.

Este pleito trouxe algumas derrotas significativas para o chavismo: 1) o ex-vice-presidente da República e governador Diosdado Cabello foi derrotado em Miranda por Henrique Capriles Radonski; 2) o ex-ministro Aristóbulo Istúriz perdeu as eleições da Alcaldía Mayor de Caracas para Antonio Ledezma; 3) o ministro Jesse Chacón

foi derrotado no bairro popular de Petare; 4) 55,3% dos votos totais da oposição vieram dos estados Zulia, Carabobo, Miranda e Caracas (as áreas de maior produção industrial); 5) os estados Zulia e Táchira têm alta relevância geopolítica por ter cerca de 700 quilômetros de fronteira com a Colômbia; 6) Manuel Rosales, o fugitivo, ganhou com um 60% a prefeitura de Maracaibo, que antes era governada pelo PSUV.

Apesar dos tropeços, o resultado expôs uma vitória de Hugo Chávez e das forças progressistas. Um dos primeiros acontecimentos posteriores ao triunfo foi o resgate da discussão sobre a reeleição presidencial. Surge a proposta histórica de uma emenda constitucional que outorgue ao povo um poder adicional: ante um bom governo, a possibilidade de reeleger um governante, conservando sempre o poder de revogá-lo ou de não reelegê-lo.

O tema era crucial para a continuidade do processo. O artigo 230 da Constituição de 1999 previa que: “O período presidencial é de seis anos. O presidente da República pode ser reeleito de imediato e uma só vez para um novo período”. A Assembleia Nacional aprovou e o Conselho Nacional Eleitoral convocou um referendo popular para a aprovação ou não de uma Emenda Constitucional. A proposta foi ampliada, estendendo a possibilidade de reeleição também para governadores, prefeitos e deputados (nacionais e regionais). Em fevereiro de 2009, 6.310.482 venezuelanos votaram pelo “Sim”, que obteve 54,8% dos votos válidos. O “Não”, que aglutinava os partidários da oposição, alcançou 5.193.839 de votos (45,1%).

Enquanto Chávez obteve 7,3 milhões de votos nas eleições presidenciais de 2006, sua proposta para poder postular-se à reeleição por tempo indefinido teve 6,3 milhões. Na análise do resultado, havia gente que apoiava Chávez, mas não estava de acordo com a possibilidade de reeleição indefinida. Outra conclusão possível é que muitos partidários do chavismo não tenham dado a devida importância ao referendo e à proposta de reeleição. Uma terceira interpretação, assumida pela oposição, argumentava que entre 2006 e 2009 Chávez perdera cerca de um milhão de seguidores.

O PERÍODO QUE COMEÇA EM 2009

Graças à implementação dos “três Rs”, a aliança das forças progressistas conseguiu manter o controle político da maioria dos estados e prefeituras nas eleições regionais celebradas em 2008.

Nos marcos da celebração dos dez anos da primeira eleição de Hugo Chávez à presidência, ele pronunciou um discurso histórico ante a Assembleia Nacional. Tradicionalmente, o presidente apresenta ante o parlamento um informe de gestão todos os anos. No entanto, nesta ocasião a exposição presidencial se realizou num momento particularmente crucial, a primeira década da Constituição Bolivariana – a carta de navegação aprovada pelo povo em 1999 – e os primeiros vinte anos da Revolução, a partir do *caracazo* de 1989.

As conquistas revolucionárias que o presidente enumerou correspondiam ao ano de 2008, porém se estendiam no sentido assumido pela nação com a Constituição e o Projeto Nacional Simón Bolívar, o primeiro plano socialista do país. Em sua mensagem, Chávez expôs essas conquistas do período: novas universidades; sistemas de irrigação; crescimento da economia; aumento das terras cultivadas; crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano e da expectativa de vida; redução drástica da pobreza e da desigualdade medida pelo Índice Gini; as notáveis estatísticas dos programas sociais, convertidas no núcleo central da política do governo revolucionário, entre outras.

Compartilhou também as ideias que permitiam a obtenção dessas conquistas, destinadas a alcançar o máximo bem-estar possível. Tratava-se das ideias fundamentais do pensamento revolucionário que entende o poder como um instrumento para fazer justiça social e uma ferramenta para transferir, a cada dia, maiores porções de poder político e econômico ao povo, à maioria, à nação. A conexão entre ideias e cifras permitia uma melhor compreensão do projeto bolivariano. Nesse período houve significativos avanços nas políticas sociais e tímidos avanços na política econômica e no combate a criminalidade.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2012

Nas eleições de 7 de outubro de 2012, Chávez se apresentou novamente como candidato, tendo como adversário Henrique Capriles Radonsky do partido Primero

Justiça, escolhido candidato único da oposição agrupada na Mesa da Unidade Democrática (MUD) nas primárias de fevereiro.

Nessas eleições estava em jogo o futuro da pátria e da Revolução Bolivariana, segundo proclamou Chávez em inúmeras oportunidades.

O programa de seu oponente estava voltado a desmontar tudo o que fora conquistado pela Revolução desde janeiro de 1999, tornando a privatizar as principais indústrias, em especial a petroleira, e entregar o país às transnacionais norte-americanas e europeias.

Desde meados do ano, em quase todas as atividades públicas de sua campanha, o líder bolivariano insistia na necessidade de os ativistas de seu comando eleitoral irem além dos chavistas e se aproximassem da classe média e dos indecisos.

Falava em defender, expandir e consolidar o bem mais precioso que tinham reconquistado depois de 200 anos, a independência nacional, que o primeiro grande objetivo histórico para o mandato seguinte seria defender e consolidar a independência política, reafirmar a identidade nacional e seguir avançando nos marcos de uma audaz geopolítica internacional no rumo da plena independência econômica. Além disso, propunha garantir a administração soberana do ingresso de divisas, o que supõe a capacidade de empregá-lo nos objetivos socialistas, humanistas e naturalistas. O Estado deveria ser desenhado de maneira a administrar estes recursos a serviço do alavancamento da nova sociedade.

Afirmava Chávez ainda que, dada a condição de país rentista petrolero – que deveria ser revertido por meio de uma política de transformação rumo a um modelo produtivo socialista –, o ingresso nacional continuaria se sustentando no desenvolvimento da atividade petrolera. Para tanto se fazia necessário o controle da atividade petrolera por meio de uma política nacional, popular e revolucionária. A política tem de ser nacional, porque se trata da administração dos recursos, que são propriedade de todos os venezuelanos, em benefício da nação. Mediante uma gestão com visão nacional se pretendia alcançar o absoluto controle da atividade petrolera, como estabelece a Constituição Bolivariana, que expressa que o Estado, na condição de representante do interesse coletivo de todos os venezuelanos, é proprietário dos recursos que se encontram no subsolo.

Por outra parte, a administração da atividade petrolera deve ser popular porque tem de estar orientada pelos interesses populares e deve propiciar a participação da classe operária para conseguir uma máxima conexão com o povo. Também se objetivava consolidar uma infraestrutura voltada para a capacitação do trabalho, bem como associá-la diretamente à infraestrutura de formação e inovação do parque produtivo.

Depois de uma campanha histórica, em que Chávez viajou a todos os rincões do país já abatido pela doença que o afetava, o que poderia conferir um ímpeto extra ao seu adversário na corrida presidencial, houve uma participação inédita dos eleitores no pleito: 80,7%. Apura-

dos os resultados, Hugo Chávez obteve 7.963.061 votos – 55,5% do total – e Henrique Capriles ficou com 6.426.286 votos – 44,4% do total.

PROMOTOR DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Desde o início de seu governo, Chávez desenvolveu uma política externa bastante ativa, caracterizada pela participação em inumeráveis cúpulas e visitas a boa parte dos países do mundo, sendo um grande impulsionador da unidade latino-americana, ampliando espaços de integração, como a Unasul, a Celac, o Mercosul, a Alba.

Sua política externa, afastada da que foi praticada por décadas pelos governos AD e Copei, centrou-se no estabelecimento de relações amistosas com todas as nações, respeitando as ideologias políticas e as instituições e, em particular, na colaboração com as nações mais pobres ou necessitadas.

Chávez promoveu a integração latino-americana, superando os projetos de outros mandatários latino-americanos. Políticas como a venda de petróleo em condições preferenciais de pagamento por intermédio de mecanismos de integração como a Petrocaribe, o estímulo a programas de cooperação com nações pobres como o Haiti, assim como o fomento de espaços de integração como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), fizeram com que fosse considerado como um dos grandes líderes da América Latina.

Ao lado dos ex-presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu a derrota pública da Área de Livre Comércio para as Américas (Alca) durante a Cúpula das Américas celebrada em novembro de 2005 em Mar del Plata, diante de um atônito George W. Bush, assim como apostou, ao lado de governos progressistas de Cristina Kirchner, José Mojica e Rafael Correa, na criação da Unasul como a consumação do sonho de Bolívar, Sucre e San Martín de ver a América do Sul unida.

CRISE DE SAÚDE DE CHAVES

Em Havana, quando caía a tarde de 8 de junho de 2011, Chávez mantinha um encontro com Fidel. Não foi difícil para o líder cubano dar-se conta das possíveis causas das dores no joelho esquerdo de que Chávez então se queixava, mas que vinha dissimulando havia semanas. Fidel o interrogou quase como médico e nessa mesma noite o principal hospital cubano foi colocado à disposição do presidente venezuelano. Internado, foi submetido a uma bateria de exames e diagnósticos.

Foi assim que se detectou uma estranha formação na região pélvica do presidente que mereceu uma intervenção cirúrgica de emergência ante o iminente risco de uma infecção generalizada. Após um dia de intensos preparativos, em 10 de junho, Chávez foi submetido à cirurgia. Segundo comunicado oficial do governo venezuelano descobriu-se a existência de um abscesso pélvico, razão pela qual se decidiu proceder de imediato a uma cirurgia corretiva.

Em 4 de julho o presidente regressou a Caracas e foi recebido pelo povo num comovente ato no Palácio de Miraflores. Sete meses depois, em 22 de fevereiro de 2012, informou que deveria voltar a Havana para uma nova cirurgia, depois de ser detectada uma lesão de dois centímetros de diâmetro no mesmo lugar em que se havia extraído um tumor em junho.

Em 8 de dezembro de 2012, através de uma transmissão em rede de televisão e rádio realizada diretamente do palácio presidencial, Hugo Chávez designa seu vice-presidente Nicolás Maduro como seu sucessor. Fez este anúncio após informar que viajaria imediatamente a Cuba para de novo se submeter a uma outra cirurgia “absolutamente imprescindível”, já que células malignas haviam sido detectadas.

Nesse mesmo momento incluiu na declaração uma decisão crucial e histórica:

Nicolás Maduro não só, nessa situação, deve concluir meu mandato no caso que ocorra algo que me inabilite, como manda a Constituição, como também, em minha opinião firme, plena como a lua cheia, irrevogável, absoluta, total, num cenário em que se obrigaria a convocar eleições presidenciais, que vocês elejam Nicolás Maduro como presidente.

É um dos líderes jovens de maior capacidade para continuar (...) com sua mão firme, com sua visão, com seu coração de homem do povo. (...) Em qualquer circunstân-

cia se deve garantir a marcha da Revolução Bolivariana, a marcha vitoriosa dessa revolução e seguir construindo a via venezuelana ao socialismo. Aconteça o que acontecer, seguiremos tendo pátria.

A seguir conclamou os patriotas da Venezuela “unidade, unidade e unidade”, alertando que “não faltarão aqueles que tratem de aproveitar conjunturas difíceis” e disse que ante “esta circunstância de novas dificuldades do tamanho que forem, a resposta é unidade, luta, batalha e vitória”.

À 1h30 da madrugada de 10 de junho, Chávez viaja a Havana. Em cadeia nacional, o vice-presidente executivo, Nicolás Maduro, informa na noite de 11 de dezembro a finalização do processo operatório e o início do pós-operatório e da recuperação. Em 18 de fevereiro, surpreendentemente Chávez regressa a Venezuela, sendo internado imediatamente no Hospital Militar.

FALECIMENTO E ENTERRO

Em 5 de março de 2013, às 16h25 falece o presidente Hugo Chávez devido às graves condições de saúde. A notícia foi divulgada por Nicolás Maduro: “Às 16h25 da tarde de hoje, faleceu o comandante Presidente Hugo Chávez Frias, depois de batalhar duramente contra uma enfermidade durante quase dois anos (...)”. Em 7 de março, Maduro anunciou que o corpo de Hugo Chávez seria embalsamado e exposto no Quartel da Montanha do bairro 23 de Janeiro, antigo Museu Histórico Militar, para que “o povo possa vê-lo eternamente.

A possibilidade de embalsamar e colocar o corpo em uma urna de cristal foi descartada após avaliação de especialistas da Federação Russa. Em 15 de março, depois de dez ininterruptos dias de homenagens multitudinárias na capela instalada na Academia Militar e nas ruas da capital, o féretro foi trasladado em meio a comoventes manifestações populares, ao Quartel da Montanha.

NICOLÁS MADURO SUPERA UM GRANDE DESAFIO

Maduro foi eleito em 14 de abril de 2003 presidente da Venezuela, após vencer pela estreita margem de 235 mil votos seu adversário, o opositor Henrique Capriles. Consoante informação proferida já na madrugada de 15 de abril pela presidenta do Conselho Nacional Eleitoral Tibisay Lucena, o candidato do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) conquistou a vitória com 7.505.338 votos (50,66%), enquanto Capriles, candidato da Mesa da Unidade Democrática, recebeu 7.270.403 votos (49,07%), cifra que refletia um crescimento da oposição em comparação com o pleito presidencial anterior.

Anunciada a vitória, Maduro, ante milhares de seguidores reunidos nos pátios do Palácio de Miraflores, com a Constituição em mãos, expressou que

podemos dizer que obtivemos um triunfo eleitoral justo, legal, constitucional e popular. Vamos nos dedicar integralmente no cumprimento do legado de Chávez e proteger e

defender o povo da Venezuela. Amanhã, segunda-feira, 15, a vida e o trabalho continuam e agora com mais afincos e amor pelo Gigante, a construção do Plano da Pátria entra numa nova fase de aceleração e desenvolvimento.

Entre outras de suas exigências, pediu o fim do ódio, da intolerância e da sabotagem. A propósito dos planos desestabilizadores demandou “máxima maturidade e responsabilidade a todo o país. Que ninguém se preste para violentar a nação, não caiamos em provocações”.

O presidente, de 50 anos, chegou ao poder com a promessa de manter, na condição de seu “filho”, o legado político do líder da Revolução Bolivariana. Sob o manto de um Chávez que sempre esteve presente em sua campanha, Maduro prometeu acabar com a insegurança, incrementar os programas sociais e aumentar a produção de petróleo em pelo menos 6 milhões de barris/dia antes de completar seu mandato em 2019.

O DAY AFTER E OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO MADURO

Desde a morte do comandante Hugo Chávez, o governo denunciou que a direita venezuelana levava a cabo um golpe de Estado continuado contra o mandato de Nicolás Maduro. O novo presidente assumiu o cargo dois dias depois da partida de Chávez. A direita, liderada por Leopoldo López e Henrique Capriles, aspirava chegar ao poder a qualquer custo. Maduro por seu lado dava continuidade aos diferentes programas e políticas sociais, colu-

na vertebral do processo revolucionário iniciado pelo seu antecessor.

Como já se havia previsto, Capriles não reconheceu os resultados e acusou a instituição eleitoral de fraude, apesar de o Tribunal Supremo de Justiça reconhecer e considerar definitiva a decisão popular.

No final da tarde de 15 de abril, dia seguinte às eleições presidenciais, Capriles fez um chamado aos opositores para sair às ruas a desatar *la arrechera* (fúria, ira, raiva), o que gerou uma onda de violência em que onze cidadãos foram assassinados, além de atos de vandalismo contra bens públicos. A partir desse momento se iniciou uma sequência de ataques à gestão de Maduro e à estabilidade do país.

A oposição venezuelana passou a empregar a estratégia do “golpe de Estado suave”, por meio de ações desestabilizadoras orquestradas a partir do exterior e enfocadas em aspectos como o boicote econômico, a manipulação informativa, a mobilização e infiltração de gente violenta em manifestações, entre outras iniciativas destinadas a alimentar e construir o caos.

O dirigente opositor, Leopoldo López, junto a Maria Corina Machado, Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, e outras figuras da oposição, conclamaram, por meio de coletiva de imprensa e em redes sociais, seus seguidores a lançar-se às ruas, tendo como objetivo a derrocada de Maduro.

Em 22 de janeiro de 2014, a direita venezuelana convocou novas jornadas de violência para deslegitimar a vontade popular. Já o haviam feito em 2004 e em 2013,

semear o caos e provocar a ingovernabilidade para tomar o poder. Leopoldo López foi o porta-voz e principal instigador desses atos e por essa razão foi condenado pela Justiça a 13 anos, 9 meses e 7 dias de prisão pelos delitos de associação para delinquir, instigação pública e ordenador dos delitos de incêndio e danos.

Desde os primeiros dias de janeiro, o plano desestabilizador havia começado com a propagação de rumores sobre saques. Marcaram para 12 de fevereiro uma marcha em direção à sede da Procuradoria Geral da República. Tudo havia sido cuidadosamente concebido. Dias antes das eleições estaduais e municipais de 8 de dezembro de 2013, que culminaram com ampla vitória do governo, na web do partido de ultradireita Vontade Popular é publicado uma espécie de editorial intitulado “La Salida” (A Saída), assinado por Leopoldo López:

E depois do 8 de dezembro, virá o quê? Em nossa opinião não temos outra opção que assumir clara e abertamente a derrubada desse governo com o crescimento da consciência e com o povo nas ruas. A Constituição oferece vários veículos: constituinte, emenda, revogatório ou renúncia, porém todos eles requerem o mais importante, a determinação firme do povo de derrocar este governo, já.

A mobilização de 12 de fevereiro culminou com duas pessoas assassinadas e a tentativa de incendiar as instalações do Ministério Público. A violência extremista prosseguiu até meados de junho, focalizando-se em centros educativos

privados e bairros de classe média alta das grandes cidades. Resultado: 43 pessoas assassinadas, 878 pessoas feridas, das quais 137 eram efetivos da Guarda Nacional Bolivariana.

A procuradora-geral, Luisa Ortega Díaz, publicaria em 15 de fevereiro de 2015, uma reflexão sobre o que significaram as *guarimbas* (barricadas de rua empregando todo tipo de material):

As lutas sociais que perseguem autênticas reivindicações de setores populares se diferenciam amplamente das ações de rua, cujo único propósito é criar ingovernabilidade e, por conseguinte, instabilidade política. As *guarimbas* protagonizadas por determinados grupos políticos se inscrevem em condutas violentas que, à margem das aspirações populares, só querem o poder político”.

Guayas (fios de cerol estendidos de um lado a outro da rua na altura do pescoço de uma pessoa), francoatiradores, destruição ambiental e patrimonial, assalto a instalações públicas, queima de ônibus, assédio e até incêndio de escolas infantis fizeram parte dos recursos que a direita extremista utilizou para atingir seus fins.

Da prisão, López promovia a desestabilização por meio de vídeos em suas contas de Twitter e Facebook, buscando gerar novas ondas de violência, desta vez lideradas por Maria Corina Machado. Apesar das arremetidas, o presidente Maduro chamou ao diálogo os diferentes setores do país e ativou vários mecanismos constitucionais para fazer frente a situação.

Mas a oposição não arrefeceu. O “Golpe Azul”, um plano arquitetado nos Estados Unidos com altos comandos e oficiais da Aviação Militar Bolivariana, pelo qual está preso o ex-prefeito de Caracas Antonio Ledezma, tinha por objetivo bombardear o Palácio de Miraflores e começaria com o anúncio de um comunicado, assinado pelo ora deputado Julio Borges e que seria publicado com estardalhaço num meio de circulação nacional. Esse plano foi abortado pelos serviços de inteligência do governo como todos os anteriores.

Em meados de 2015, a direita venezuelana, por intermédio de empresas privadas, acentuou a chamada “guerra econômica”, afetando a vida de milhões de venezuelanos com o açambarcamento de alimentos e produtos da cesta básica, utensílios domésticos, produtos de higiene e artigos de primeira necessidade com o propósito de responsabilizar o governo de planos macabros contra o povo. O resultado dessas ações, em grande parte bem-sucedidas, acabou provocando uma hiperinflação.

O governo, por seu lado, criava instâncias e mecanismos que buscavam garantir o abastecimento de alimentos à população, bem como o acesso a bens e serviços para atender suas necessidades básicas. Entre outras medidas tratava-se de lutar contra o açambarcamento, o contrabando para o exterior e a especulação de preços. Em 2015, a Casa Branca declarou a Venezuela como uma ameaça “inusual e extraordinária” a sua segurança nacional. O decreto, apoiado pela oposição venezuelana, foi novamente ratificado pelo presidente Barack Obama, dos Estados

Unidos, em março de 2016. Aos olhos de boa parte da comunidade internacional esse decreto representava uma preparação de terreno vinda dos Estados Unidos para uma intervenção externa, violando a soberania da Venezuela.

Atualmente as redes sociais também vem sendo cenário das arremetidas da oposição contra o governo de Nicolás Maduro. Em março de 2015, as autoridades denunciaram uma série de imagens manipuladas e tergiversadas pelos grandes meios de comunicação internacionais que tentavam fazer crer que na Venezuela havia repressão, não havia liberdade de manifestação, ou seja, uma ditadura. De resto, a mídia nacional e internacional, em campanha permanente, veiculavam imagens distorcidas para desinformar acerca da situação do país.

O foco sobre o desabastecimento explodiu nos meios de comunicação mais abertamente a partir de 2014, como parte de uma estratégia, com o fim de gerar uma matriz de opinião desfavorável em torno da administração do governo Maduro, e não como uma guerra econômica liderada pela oposição para debilitar as bases do governo e as forças populares que o apoiam.

Em 20 de agosto de 2015, foi fechada a fronteira entre Venezuela e Colômbia devido ao contrabando de produtos subsidiados venezuelanos ao país vizinho, onde eram vendidos por preços muito mais elevados, e se desatou a Operação Libertação do Povo com mais de 1.500 militares resguardando a zona limítrofe. Em apenas quatro meses de fechamento da fronteira se conseguiu economizar 170 milhões de litros de gasolina e a redução dos índices de criminalidade.

Em 6 de dezembro de 2015, o país realizou eleições parlamentares, que contou com alta participação popular: 74,25% do eleitorado inscrito. Uma crise econômica sem precedentes, marcada pela alta inflação, a recessão e a escassez, levaram muitos venezuelanos a exercerem o voto “de castigo” contra o governo de Nicolás Maduro. O resultado proclamado pelo Poder Eleitoral revelou que a oposição, das 167 cadeiras do parlamento, havia conquistado 112 (aí incluídas as 3 vagas destinadas aos povos indígenas) contra 55 conquistadas pela situação, uma maioria qualificada que daria aos opositores amplos poderes. Com este resultado, a oposição poderia sancionar leis habilitantes, remover membros do Conselho Nacional Eleitoral e do Tribunal Supremo de Justiça, vetar ministros e vice-presidente, revisar tratados internacionais como o Petrocaribe, controlar preços e câmbio, promover uma reforma constitucional ou uma assembleia constituinte e até remover a cúpula do TSJ e dos poderes públicos.

No entanto, o presidente eleito do parlamento, Henry Ramos Allup, em sua primeira manifestação, disse que o grande objetivo seria defenestrar o presidente num prazo máximo de seis meses. Além disso, buscariam promulgar uma lei de anistia que permitisse a libertação dos chamados presos políticos. De resto afirmou que a oposição traria de “devolver a democracia ao país”, pois considerava que as instituições do Estado se haviam politizado e perdido sua autonomia.

Desde 5 de janeiro de 2016, quando tomou posse, até maio do mesmo ano, a maioria parlamentar opositora

tentou – e este foi o centro de sua atuação – instalar uma Assembleia Constituinte, propôs uma emenda à Constituição para encurtar o mandato de Maduro e pressionou pela renúncia. No entanto, todas essas medidas tendentes a derrotar o presidente. E todas essas iniciativas foram rechaçadas por um ou outro motivo pelo Tribunal Supremo de Justiça em virtude de sua inconstitucionalidade. Só em maio, a oposição apelou para o referendo revogatório, cláusula inscrita na Constituição. Poderia tê-lo feito já em meados de janeiro quando se completava a primeira metade do mandato de Maduro, condição constitucional para se convocar o referendo.

Atualmente, a oposição aposta suas fichas exclusivamente no referendo e pressiona para que ele aconteça ainda em 2016. Se vencerem, o mandato de Maduro seria revogado e novas eleições presidenciais seriam convocadas. Ocorre que o CNE está obrigado a respeitar os prazos legais e regulamentares em todo o processo de convocação do referendo. Caso o referendo seja votado apenas em 2017 e a oposição tenha êxito, Maduro deixa o cargo, mas o vice-presidente, cargo não eletivo indicado pelo presidente, deve cumprir o restante do mandato.

Em 14 de janeiro de 2016, Maduro aprovou o Decreto de Emergência Econômica para proteger os direitos dos venezuelanos da situação econômica pela qual o país atravessava, devido à queda do preço do petróleo e à guerra não convencional promovida pela direita com apoio de governos estrangeiros. O decreto estabelecia que o Executivo poderia tomar medidas especiais para a construção de

políticas estratégicas que ajudassem, a reformular o sistema produtivo e financeiro do país.

Durante o primeiro trimestre, Maduro anunciou a aplicação de seis linhas de ação de acordo com o novo modelo produtivo, em busca de mudanças positivas focadas no bem-estar do povo. Ao mesmo tempo, nos marcos do Plano Nacional contra a Corrupção, foram adotadas medidas contra os denominados *bachaqueros* e funcionários das instituições do Estado – pessoas que compram produtos a preços regulados e subsidiados e os revendem com sobrepreço.

A fim de substituir o modelo econômico rentista e construir um novo modelo produtivo para as áreas mais importantes e mais afetadas pelos ataques da direita, o presidente Maduro instalou o Conselho Nacional de Economia Produtiva, cuja função seria impulsionar os catorze motores produtivos do país.

O novo sistema de distribuição de alimentos, realizada de casa em casa, aplicou um duro golpe à guerra econômica, corrupção, especulação e ao contrabando, permitindo que milhares de famílias venezuelanas possam adquirir alimentos da cesta básica sem remarcação de preços. Os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (Clap), em conjunto com o Ministério de Alimentação, se encarregam de realizar os censos, o planejamento, a distribuição e a entrega de cestas de alimentos, que contêm óleo vegetal, arroz, macarrão, café, leite, entre outros produtos afetados pela guerra imposta pelo capitalismo.

Após o cumprimento de três anos e meio do governo Maduro, a Revolução Bolivariana, junto ao Poder Popu-

lar, segue em dura e tenaz luta contra as ações da direita venezuelana aplicadas em âmbito nacional e internacional. Planos, serviços e respostas eficientes são parte do legado de Hugo Chávez e parte das tarefas levadas a cabo por Nicolás Maduro para o bem-estar de todos os venezuelanos, sem distinção política alguma.

Setores políticos internacionais tentam intermediar algum tipo de acordo entre governo e oposição. Forças majoritárias da oposição, apoiadas política e logisticamente do exterior, optam pela ruptura definitiva. Grande parte da população trabalhadora organizada mantém-se resoluta em defesa das conquistas da Revolução Bolivariana.

ANALISANDO A CONJUNTURA

No momento em que concluímos este trabalho – outubro de 2016 –, continua intensa e acirrada a disputa pelo poder na Venezuela, em meio a uma delicada crise econômica e social. Damos a palavra ao escritor e analista venezuelano Reinaldo Iturriza López, para nos ajudar, com sua sensata e pertinente reflexão, a analisar o presente e perscrutar o futuro imediato. López nos diz que:

“O chavismo é, para dizê-lo com William Cooke, ‘o fato maldito da política do país burguês’. Cooke se referia, está claro, ao peronismo, num texto de 1967, porém a sentença se aplica para o caso venezuelano.”⁴

4. Cf. “Chavismo y Revolución. Que pasa en Venezuela”. Disponível em: <https://clotrosaberypoder.wordpress.com/2016/08/29/chavismo-y-revolucion-que-pasa-en-venezuela/?wref=tp>>. Acesso em: 15.nov.2016.

O chavismo é, desde sua gestação, um fenômeno mal-dito para a burguesia, porque o que lhe dá coesão não é sua capacidade para aglutinar o descontentamento, e sim seu decidido antagonismo contra o *status quo*.

Antagonismo que adquirirá matizes anticapitalistas com o passar dos anos ao fragor da luta. Se no início dos anos 1940, a Ação Democrática significou a ascensão da classe média emergente, que por sua vez tornou possível a incorporação ordenada das classes populares à cena política, porém sempre subordinada à burguesia nacional e submetida à vontade do capital transnacional e com o propósito de assentar as bases da democracia liberal burguesa, no caso do chavismo o protagonismo descansa quase sempre nas classes populares, tanto pela vontade expressa de Chávez, quanto porque o próprio chavismo demanda maior participação e mais radicalidade. Já não é o sujeito que intervém “ordenadamente”, e sim aquele que emprega suas forças na refundação da República, empresa histórica que logo se traduz na imposição de limites aos poderes econômicos e na progressiva conquista de direitos econômicos, sociais e culturais.

Esse chavismo está vivo, apesar de sua aparência muitas vezes espectral e de estar ausente de muitas das análises que se fazem sobre a Venezuela.

Omissão que obedece, com frequência, à intenção deliberada de continuar ignorando os invisíveis históricos, hoje sujeitos políticos de um processo de mudanças revolucionárias, e outras vezes à cegueira de uma certa esquerda que, impedida de ver realizada a revolução que sempre sonhou,

despacha como pesadelo a revolução que homens e mulheres de carne e osso realizam. De novo se aplica ao chavismo o que escrevia Cooke a propósito do peronismo: “Existe, está vivo e não será sepultado porque desgoste aos sonhadores da revolução perfeita, com esquadro e compasso”.

Com seus erros e acertos, com seus defeitos e virtudes, o chavismo soube orientar-se quando, ainda insistindo com Cooke

os confidentes da história perderam o rumo e continuam sem compreender cada vez que em lugar da análise retrospectiva com incógnitas já resolvidas, têm que encontrar soluções em meio aos fatos presentes e seus enigmas, suas complicações, seus leques de hipóteses.

Na contramão daqueles que assinalam como o culpado de impor um “modelo fracassado”, do qual seria o único e ilegítimo usufrutuário, o chavismo é expressão da crise do capitalismo rentista petroleiro e em particular de seu correspondente político. Em contrapartida, as forças econômicas, políticas e sociais legatárias do capitalismo rentista petroleiro, que havia entrado em colapso no final dos anos 1970 (o núcleo militar o qual, em meados dos anos 1990, se converteria em um potente sujeito cívico-militar, que começou a gestar-se em começos dos anos 1980) não cessaram um segundo em seu empenho.

Desorientada e ultrapassada pelas circunstâncias, a burocracia política chavista tem abusado de tal forma do enunciado “guerra econômica”, que se corre o risco de va-

ciná-lo completamente de sentido, quando o que urge é produzir sentido sobre o brutal ataque de que está sendo vítima a sociedade venezuelana.

Em parte, esta incapacidade para traduzir politicamente a feroz investida das forças econômicas contrárias à Revolução Bolivariana, a par dos próprios erros, explicaria o terreno conquistado pela ideia de que fenômenos como o desabastecimento, a inflação ou a escassez são responsabilidade do governo, quando o certo é que a atual situação é consequência direta, no fundamental, do governo de facto imposto pelas forças econômicas que controlam o mercado – forças que têm estreitos vínculos com a institucionalidade de um Estado que historicamente foi funcional para as elites.

A guerra econômica não é um invento de Nicolás Maduro, nem começa com seu governo (abril de 2003). Na verdade, o termo foi cunhado pelo próprio Chávez. Em uma série de trabalhos chaves para entender a realidade venezuelana, a economista Pasqualina Curcio identifica “as duas principais estratégias” da guerra econômica: 1) “inflação induzida por meio da manipulação do tipo de câmbio no mercado paralelo e ilegal”; 2) “o desabastecimento programado mediante a manipulação dos mecanismos de distribuição de bens essenciais para a vida”.

Essas estratégias são viáveis dadas as características da economia nacional: 1) “concentração da produção, das importações e da distribuição dos bens e serviços em poucas mãos, ou seja, a presença de monopólios e oligopólios – especialmente em mercados de bens de primeira necessidade

ou necessários na produção e para o transporte”; 2) “a alta dependência das importações”.

Curcio identifica o início da escalada contra a economia nacional, por meio da manipulação do tipo de câmbio paralelo e ilegal, em julho de 2012, coincidindo com o início da campanha eleitoral presidencial.

A partir de agosto de 2012 se registrou uma mudança em função da tendência de uma série de dados, passando a ser exponencial. Ou seja, a partir de agosto de 2012 e de maneira repentina começa a evidenciar-se um comportamento atípico do tipo de câmbio no mercado paralelo, o qual não se corresponde com o registrado historicamente nem desde 1999 nem desde 1983.

Se a variação média anual do tipo de câmbio paralelo e ilegal entre 1999 (início do governo Hugo Chávez) e 2011 havia sido de 26%, entre 2012 e 2015, foi de 223%, comportando-se da seguinte maneira: 31% em 2012 com relação a 2011; 224% em 2013 com relação a 2012; 161% em 2014 com relação a 2013; 475% em 2015 com relação a 2014.

Explica Curcio:

O tipo de câmbio paralelo e ilegal mostra um padrão em seu comportamento. Ressalta o fato de que as variações de um mês para o outro são positivas e cada vez maiores nos meses prévios àqueles em que se celebram processos eleitorais em que o povo venezuelano viveu momentos de alta tensão política.

Imediatamente após o evento político ou de haver acudido às urnas eleitorais, registram-se variações que vão sendo cada vez menores, embora geralmente positivas e em alguns casos chegam a ser negativas. A partir desse momento as variações foram, na maioria das vezes, positivas e ademais muito elevadas. O dólar paralelo e ilegal aumentou 10.940% entre agosto de 2012 e junho de 2015, passando de 9,42 bolívares por dólar a 1.040 bolívares por dólar. As variações mais altas se registraram nos meses de outubro de 2012 – momento que coincide com as eleições presidenciais vencidas por Chávez –; dezembro do mesmo ano – quando se realizaram as eleições para eleger governadores nos 24 estados do país –; abril de 2013 – ao se levar a cabo novamente eleições presidenciais como consequência do falecimento do presidente Hugo Chávez –; dezembro de 2013 – durante as eleições municipais.

A partir do final de 2013 o incremento do dólar paralelo manteve-se sustentado e desproporcionado até janeiro de 2016.

Em 6 de dezembro de 2015 realizaram-se eleições parlamentares, nas quais o chavismo saiu derrotado. Esse padrão de comportamento do tipo de câmbio paralelo e ilegal se assemelha ao observado nos índices de inflação: entre 1998 e 2011, a tendência é linear, com um mínimo de 12,3% em 2001 e um máximo de 31,2% em 2002 – ano do golpe de Estado e da sabotagem petroleira –, até que se tem início um incremento exponencial em 2012. Desse modo, a inflação em 2013 será de 56,2%; em 2014

ascenderá a 68,5%, até alcançar 180,9% em 2015.

Curcio demonstra que o comportamento do tipo de câmbio paralelo e ilegal não guarda relação com o nível das reservas internacionais, a liquidez monetária ou a suposta restrição no fluxo de dotação de divisas. Além do mais, constata que, entre 1999 e 2014, do total de ingressos em divisas, 98% dos quais depende do petróleo, 65% foram dedicados à importação de bens, e do total destinado a importações, 94% foram ao setor privado.

Entre 1999 e 2013, as importações representaram 35% do PIB. “Cerca de 20% dos bens importados se dirigem ao consumo final”, enquanto “58% correspondem a importações para o consumo intermediário, matérias primas e insumos necessários aos processos de produção”. Isto quer dizer que quase 80% “dos bens importados se incorporam aos processos de produção e formam parte das estruturas de custo das empresas”.

Mais grave ainda, apenas 3% das unidades econômicas registradas no país controlam as divisas para importações. Portanto, a

referência que as empresas importadoras têm para fixar e converter os preços a bolívares é o tipo de câmbio. É por isso que, na Venezuela, o tipo de câmbio é determinante sobre a economia real, já que são os monopólios importadores os que têm o poder de fixar os preços dos bens, em sua maioria insumos para a produção.

Na base do processo de produção, os custos vão sendo calculados com fundamento nos preços dos bens importados. O tipo

de câmbio serve como marcador dos preços dos bens que se produzem e comercializam internamente.

A chave é: que tipo de câmbio utilizam os monopólios importadores para fixar preços? O tipo de câmbio paralelo e ilegal, que é 14,5 vezes maior que o valor real estimado da moeda nacional. Em breve resumo, desta maneira operam as forças econômicas que promovem ativamente a guerra econômica contra a sociedade venezuelana, trazendo como consequência uma drástica diminuição do poder aquisitivo da população.

Ademais, Curcio demonstra que, ao contrário do que se poderia supor, a produção dos alimentos de maior consumo não só não diminuiu como também, pelo menos no período que vai desde o primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2015, o consumo foi constante, tanto nos venezuelanos de maiores recursos como entre os mais pobres. Curcio precisa que a prática de desabastecimento programado data de 2003, afetando poucos produtos até 2013, quando a prática se generaliza.

No caso venezuelano, desde 2003 os níveis de desabastecimento não guardaram relação com os níveis de produção. Tanto a produção como a importação se mantiveram relativamente constantes. Portanto, essa escassez, que se mede nas gôndolas dos estabelecimentos, está associada a bens que foram produzidos, mas que não foram colocados à venda de maneira regular, oportuna e em quantidades suficientes nas estantes dos estabelecimentos comercializa-

dores (...) Os bens, depois de múltiplas dificuldades e inconvenientes – longas filas ou preços maiores nos mercados ilegais ou nas mãos dos *bachaqueros* (aqueles que compram produtos subsidiados pelo governo para vendê-los a preços bem maiores) – foram adquiridos e consumidos pela população. Em outras palavras, os bens foram produzidos e também vendidos, as empresas continuaram produzindo, distribuindo, com outras práticas, é verdade, e vendendo.

A rebelião das forças econômicas que controlam o mercado está encabeçada pela burguesia comercial importadora, cuja liderança está nas mãos dos monopólios e oligopólios do setor de alimentos. As penúrias que o povo venezuelano teve de padecer durante os últimos quatro anos são consequência, no fundamental, do exercício de um poder tirânico, que ninguém elegeu, que sempre desconheceu a vontade popular e para quem pouco importava preservar os princípios e as formalidades democráticas.

Em sua obra *Venezuela violenta*, Orlando Araujo se referia a “uma oligarquia de comerciantes e banqueiros” que

vão prosperando e acumulando um poderio econômico que se traduz em poderio político e que se reflete na vida institucional. Não é uma classe criadora de riquezas como historicamente ocorreu com a burguesia nas primeiras etapas do capitalismo. Esta classe não dá início ao capitalismo na Venezuela, é simplesmente a projeção colonial de um sistema capitalista forâneo mais avançado. Seu papel é o do agente desse capitalismo, sua função é intermediar e seu poder econômico é

derivado de outro fundamental e maior. Seus ingressos não provêm de uma combinação de risco de fatores de produção, e sim de uma comissão: a comissão do intermediário que compra fora e vende dentro. Não é, portanto, uma burguesia produtora e sim uma burguesia estéril.⁵

Em contraposição, identificava-se a emergência, em 1968,

de uma burguesia chamada com certo otimismo de “burguesia nacionalista” constituída por um grupo cada dia mais numeroso de novos empresários que, no seio da agricultura e da indústria, estavam dedicados à produção interna de bens nacionais. Eram os agricultores capitalistas e os industriais manufatureiros. Seu surgimento é de recente data e somente pode ser estudado como fenômeno de pós-guerra, ainda em plena evolução e sem uma filosofia definitiva e precisa.

De acordo com a explicação de Curcio, o protagonismo na guerra econômica disso que Araujo chamou de “burguesia estéril” e o consequente aumento desproporcional dos preços, obrigou a população a reorientar o gasto, dando prioridade a alimentos, saúde e transporte, justamente setores da economia à mercê dos monopólios e oligopólios importadores. Enquanto isso, a diminuição de bens considerados não prioritários repercutiu na baixa da produção da indústria manufatureira.

5. Disponível em: < www.bcv.org.ve/Upload/.../VenezuelaViolentaOrlandoAraujo.pdf >.

A diminuição nos volumes de produção por parte dessas empresas, e por conseguinte de seus níveis de lucro, é uma consequência da guerra econômica que não somente está afetando os lares pela via da perda de poder aquisitivo, como também – e especialmente a partir do segundo semestre de 2015 – as empresas desses setores não prioritários. Até certo momento, a guerra econômica afetou apenas os lares venezuelanos e a classe trabalhadora, não obstante tenha atualmente repercutido nos níveis de lucro das empresas.

Em outras palavras, a “burguesia estéril” não somente atenta contra o povo venezuelano, como também afeta severamente os interesses do pouco que pode chegar a ter da “burguesia produtora”. Além da dependência das importações e do controle exercidos pelos monopólios e oligopólios em setores-chave da economia nacional, Curcio identifica uma terceira debilidade: “A deficiente e baixa intervenção do Estado na economia, como regulador dos monopólios”.

Com muita frequência, com demasiada ligeireza e com muito pouco rigor na análise, costuma-se atribuir essa debilidade à falta de decisão de Nicolás Maduro. Em outras palavras, a deficiente intervenção do Estado na economia obedeceria ao deficiente desempenho do presidente. Sem pretender desconhecer suas obrigações como chefe de Estado, parece que temos de colocar as coisas sobre os pratos da balança.

Em primeiro lugar, deixemos assentada uma questão básica: como é assaz evidente, a guerra econômica contra

o povo venezuelano acirra-se com uma intensidade sem precedentes justo quando se inicia a campanha eleitoral presidencial, em julho de 2012, com o claro propósito de favorecer o candidato da burguesia, Henrique Capriles Radonski. Posto em termos clássicos, a guerra econômica não é outra coisa que uma expressão nítida da agudização da luta de classes.

Uma circunstância histórica a que aqui se referiu em outra parte e que se costuma passar por alto, suscitando toda espécie de equívocos analíticos, é a mudança tática que as forças antichavistas passaram a adotar como consequência de sua leitura dos resultados das eleições presidenciais de 3 de dezembro de 2006 nas quais resultou ganhador Hugo Chávez com uma amplíssima margem – 62,8% contra 36,9% do candidato opositor. Com essas eleições se concluiu uma etapa caracterizada por sucessivas e estrondosas derrotas do antichavismo, empenhado até então em recuperar o controle do governo pela via violenta. A partir de 2007, se dedica a fundo numa “estratégia de desgaste”, reconhecendo a legitimidade do chavismo, dando ênfase na crítica da “ineficiência governamental”, mimetizando-se com o chavismo, apropriando-se parcialmente de suas ideias-força, ressignificando-as. Sua intenção, bastante clara, era penetrar no chavismo e isto consistia, em grandes traços, na repolarização antichavista – o reconhecimento de fato de que constituía uma minoria e de que, para chegar a ser maioria, teria de conquistar ou pelo menos provocar a desmobilização de uma parte do chavismo. Essa “estratégia de desgaste” quase chega ao paroxismo justo

quando se inicia a guerra econômica: durante a campanha presidencial de 2012, com um Henrique Capriles autoproclamando-se candidato “progressista”, repetindo de maneira textual frases empregadas frequentemente por Chávez, imitando inclusive sua linguagem corporal.

A vitória do comandante Chávez em 7 de outubro de 2012 com 55% da votação constituiu ao mesmo tempo um importante revés para a “estratégia de desgaste”, o que submergiu o antichavismo em um perigoso estado de “precariedade estratégica”. Enquanto Chávez, em seu célebre *golpe de timón* (guinada de rumo, discurso de 20 de outubro de 2012) reafirmava o caráter democrático, revolucionário, socialista e comunitário do processo bolivariano, predominava a incerteza por parte do antichavismo sobre as estratégias a adotar. A pergunta central era: retomaria a via violenta?

Quando se afirma que o presidente Nicolás Maduro teve de desvencilhar-se pouco mais de três anos do equivalente de ataques que Chávez recebeu em catorze anos, não se está incorrendo em exagero. Logo, a referida “precariedade estratégica” se expressou no aprofundamento da guerra econômica (sorte de repolarização selvagem antichavista), como se viu também numa retomada da violência, primeiro entre 15 e 19 de abril de 2013, com saldo de 11 pessoas assassinadas e em seguida com as *guarimbas* (barricadas urbanas) entre fevereiro e junho de 2014, que deixaram um saldo de 43 mortos e 878 feridos. Ou seja, o emprego de todas as formas de luta contra o governo bolivariano e fundamentalmente contra a sua base social

de apoio, como expressão das disputas entre os diferentes grupos de oposição pela direção do antichavismo.

Na medida em que se desenrolavam essas disputas interburguesas, com seu saldo de morte, sofrimento e destruição, principalmente no campo popular e enquanto a guerra econômica suscitava o enfrentamento entre as classes populares, com a generalização do fenômeno do *bachaqueo*, tinha lugar um conflito surdo, sem derramamento de sangue, escassa e pobremente analisado: a agudização da luta de classes no interior do movimento chavista, com suas respectivas expressões no governo nacional, e em geral na institucionalidade do Estado.

Ser capaz de explicar, por exemplo, como é que uma parte da burocracia atua favorecendo os monopólios ou oligopólios importadores ou os interesses da banca é uma dívida enorme que tem consigo mesmo o chavismo revolucionário, disperso nas latitudes do país, em geral desarticulado, submerso em seus territórios, em boa medida impulsionando dinâmicas comunitárias, desvinculado das iniciativas promovidas pela burocracia política.

Este chavismo está na obrigação histórica de produzir uma análise que, para ilustrá-lo conforme o fio discursivo desenvolvido neste trabalho, complemente a análise da atuação das forças econômicas realizado por economistas como Pasqualina Curcio. Falamos de um chavismo que não se sente representado em partido político algum, muito menos no autodenominado “chavismo crítico”, que não se identifica com quase nenhum integrante da cúpula do

governo e que de maneira majoritária segue expressando seu apoio, apesar de tudo, a Nicolás Maduro.

Fazendo um balanço do “pensamento econômico chavista”, Alfredo Serrano explicava como este “evitava copiar as tentativas de mudança de matriz produtiva desde a base do desenvolvimentismo da teoria da dependência”. Querria algo próprio, algo específico que tivesse sido aprendido dos erros do passado. A mudança da matriz produtiva para a economia chavista consistia em substituir produtos e importações, no entanto, sempre e quando fosse acompanhado obrigatoriamente por uma substituição de produtores. Em outras palavras, se não forem inseridos novos produtores, pequenos e médios, associações, cooperativas, poder econômico comunitário, além do Estado quando for pertinente, a mudança da matriz econômica fica truncada ou é somente parcial, porque somente se gerarão novos produtos porém com os mesmos produtores, perpetuando-se o processo de acumulação injusta e mal repartida.

Pois bem, essa base de “novos produtores” não só existe, embora dispersa, como também constitui atualmente o que há de mais lúcido no chavismo. Salvo o presidente Nicolás Maduro, quem está dialogando com este chavismo? Quem estabelece relações com eles em termos de aliança e não de tutela nem de maneira clientelista?

Além destas perguntas e inclusive à margem das infelizes declarações de funcionários de alto escalão avaliando negativamente as “expropriações”, sem o menor assomo de análise sobre as causas da improdutividade de algumas empresas sob controle estatal ou dos trabalhadores, é ne-

cessário perguntar-se: Qual é a correlação de forças que impera no governo a respeito da orientação econômica que se deve assumir para conter o ataque das forças econômicas monopolistas ou oligopolistas contra a sociedade venezuelana? Qual é a correlação de forças que impera na base da sociedade? Qual é a posição dos quadros médios ou do funcionalismo, digamos, na PDVSA, bancos e setor financeiro, indústria e comércio e em geral nas instituições agrupadas na vice-presidência de Economia?

Da mesma forma, além das orientações gerais emitidas por Nicolás Maduro, independentemente da vontade dos indivíduos, quais são as principais atuações e decisões das instituições diretamente relacionadas com a área econômica? Com que atores econômicos privados se estabelecem alianças, acordos, negociações? Com efeito, muitas das atuações são públicas, porém não a maioria. Essa opacidade das atuações explica em parte a dificuldade para se fazer uma ideia precisa da correlação de forças entre, diga-se de uma vez por todas, as tendências reformistas, que apostam na negociação com as mesmas forças que hoje desestabilizam a democracia venezuelana, e as tendências revolucionárias que, precisamente porque se atravessa um período particularmente difícil na economia, se orientam por princípios do “pensamento econômico chavista”, antagonizam com a “burguesia estéril” e, para dizê-lo com as palavras utilizadas por Chávez em sua última saudação de 8 de dezembro de 2012, atuam “junto ao povo sempre e subordinados aos interesses do povo”.

Dado o caráter cívico-militar do sujeito chavista, impossível deixar de se fazer a pergunta: Qual é a correlação de forças no interior das Forças Armadas Nacional Bolivariana a respeito dos assuntos aqui expostos?

Na maioria das vezes e frequentemente com manifesta dificuldade, o comandante Chávez teve a capacidade de arbitrar entre as distintas tendências, conseguindo impor o rumo a seguir, vale dizer, quase sempre revolucionário. Alguém pode ser tão ingênuo a ponto de ignorar que, à margem de suas virtudes e defeitos, de seus dotes como líder político, Nicolás Maduro não só se depararia com maiores dificuldades como, inevitavelmente, seria muitas vezes vítima das circunstâncias, um refém da luta entre tendências, com seus correspondentes efeitos desagregadores e muito apesar de seus desejos?

Nicolás Maduro teve de superar dificuldades, limitações objetivas, tanto no interior do movimento chavista, como na luta contra o antichavismo, envolvido como está em sua própria luta pela liderança, o que, como já se expôs, supõe nada mais nada menos que violência fratricida e uma brutal guerra econômica contra o povo venezuelano.

No *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, Karl Marx advertia sobre os perigos que implicava acreditar-se “acima do antagonismo de classes em geral” e incorporar-se à luta sem “examinar os interesses e as posições das distintas classes”. O resultado, explicava, é sempre o fracasso “ou bem tudo fracassou por um detalhe de execução, ou surgiu uma casualidade imprevista que fez malograr a contenda de vez”.

A situação pela qual atravessa a democracia venezuelana no presente, as extraordinárias circunstâncias em que a Revolução Bolivariana tem tido de enfrentar, sobretudo a partir de agosto de 2012, a derrota eleitoral parlamentar de 6 de dezembro de 2015, nada disso obedece a detalhes de execução ou a casualidades imprevistas. As causas há de se buscar nas estratégias das forças em confronto, em suas posições e seus interesses.

Pôr ênfase na figura presidencial, que é o que faz a maioria daqueles que se deslindaram do “madurismo”, nos fatos de corrupção, na “falta de governo” ou na “anomia” imperante, na “decomposição moral” do povo venezuelano, entre outros tópicos de que as pessoas se socorrem nos últimos tempos, no melhor dos casos nos limita a tirar conclusões a partir de uma valoração dos efeitos da guerra econômica, e no pior, nos coloca na penosa situação de reproduzir o sentido comum antichavista, quatro anos depois apenas de que sua liderança se visse obrigada a fazer todo o contrário, ou seja, reproduzir (uma má cópia da) cultura política chavista.

Em 2010, um estudo do Centro Gumilla trouxe uma informação-chave a respeito do valor que a democracia tinha a sociedade venezuelana, após onze anos de Revolução Bolivariana. Para quase dois terços da população, a democracia significava: Estado forte; democratização política; Estado forte com participação popular ativa; diminuição da distância entre ricos e pobres; políticas sociais contra a exclusão; nacionalização das indústrias básicas; limites ao poder da empresa privada; respeito à Constituição e aos

direitos humanos em geral; liberdade de expressão; pluralidade política; livre associação; eleições livres, imparciais e periódicas; ampla margem à iniciativa econômica privada, regulada por um Estado forte.

Tudo quanto as forças econômicas rebeladas contra a democracia venezuelana fizeram durante os últimos quatro anos atenta contra essa cultura política chavista, travada a ferro e fogo e em jornadas memoráveis.

Compete ao chavismo revolucionário – ”fato maldito” para a burguesia –, produtor e herdeiro dessa cultura política, sacudir todo o vestígio de senso comum antichavista, corrosivo, tóxico, desmoralizante, e colocar-se à altura das circunstâncias históricas. E fazer com que prevaleça a democracia.

Referências bibliográficas

ALTMAN, Breno. O despertar de uma nação in: *Revista Teoria e Debate*, edição março-2000. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

DUQUE, José Roberto. Diversos artigos disponíveis em: sitio Misión Verdad.

ITURRIZA, Reinaldo. *Chavismo y Revolución – Que passa em Venezuela?*, artigo para a revista Plomo. Disponível em: <<https://elotrosaberypoder.wordpress.com/2016/08/29/chavismo-y-revolucion-que-pasa-en-venezuela/?wref=tp>>. Acesso em: 15.nov.2016.

MAYA, Margarita López. Protesto popular venezolano entre 1989 y 1993. In *Lucha Popular, Democracia, Neoliberalismo: Protesta Popular en América Latina en los Años de Ajuste*. Editora Lucha Popular. Caracas: Nueva Sociedad, 1999, p. 211-235.

OTERO, German Sánchez. *Abril sin censura: Golpe de Estado en Venezuela*. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2012.

TIRADO, Federico Ruiz. Diversos artigos disponíveis em:
sítio Misión Verdad.

Sobre o autor

Advogado, jornalista e editor, Max Altman era articulista do portal OperaMundi e colaborador assíduo de diversos veículos da imprensa de esquerda.

Filho de polonês de origem judaica, Max dedicou boa parte de sua vida à luta de uma transformação profunda na sociedade. Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), deixando-o em 1984 para construir o Partido dos Trabalhadores (PT).

Estudioso das questões internacionais, foi membro do Coletivo da Secretaria Nacional de Relações Internacionais do (PT). Atuou durante muitos anos nos movimentos de solidariedade aos povos, destacadamente como amigo da Revolução Cubana e da Revolução Bolivariana da Venezuela. Foi o coordenador do Comitê pela Libertação dos Cinco Heróis cubanos presos em 1998.

Max Altman morreu em 19 de dezembro de 2016, aos 79 anos.

Morreu Max Altman, meu pai por Breno Altman

Nessa segunda-feira, dia 19 de dezembro, às 21h15, faleceu um militante internacionalista de toda a vida. Um homem que dedicou sua existência à luta pelo socialismo, à revolução proletária e à solidariedade anti-imperialista.

Aos onze anos, filho de um revolucionário polonês de origem judaica, integrou-se ao Partido Comunista, com o qual romperia em 1984, para se juntar ao Partido dos Trabalhadores.

Advogado, editor e jornalista, forjou sua biografia com destemor. De rara cultura e hábitos simples, teve um só lado desde muito jovem: o do movimento de libertação dos trabalhadores.

Era um filho da revolução de outubro. Da resistência contra a ditadura à defesa dos governos petistas, sempre esteve nas primeiras fileiras de combate.

Não hesitou jamais na oposição aberta ao sionismo, na solidariedade incondicional com a revolução cubana e no apoio incansável aos governos progressistas da América Latina, particularmente à revolução venezuelana.

Foi um grande pai, meu e de meus irmãos, Fabio Altman e Rogerio Altman.

Um avô terno e atencioso para nossos filhos, seus netos.

Um companheiro dedicado às duas mulheres que amou, minha mãe Raquel e sua esposa atual, Liria Pereira.

Um camarada de seus camaradas.

Nunca esqueceremos os valores que sempre nos ensinou e a todos que nos cercavam: a valentia, a lealdade, a coerência, a honestidade, a abnegação, o compromisso com o conhecimento e o trabalho, a dedicação ilimitada à luta dos povos.

Há um mês foi diagnosticado com tumor cerebral, do tipo mais agressivo, dez anos depois de ter se curado de uma leucemia.

Morreu aos 79 anos, ao som de *Les Amants de Paris*, cantada por Edith Piaf, assistido por minha companheira, Flávia Toscano, que testemunhou o último suspiro desse homem inesquecível.

Suas cinzas, conforme seu desejo expresso, serão jogadas sobre a mureta do Malecón, em Havana, capital da Cuba socialista.